

**EDITAL****PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS Nº FMS0023/2024****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024****REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2024**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO**  
**FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADA**

- 1 - OBJETO:** Constitui objeto desta Licitação, o registro de preços para eventual aquisição de material hospitalar de suporte ventilatório, a fim de atender às necessidades do Fundo Municipal de Saúde/Secretaria Municipal de Saúde de Betim, conforme normas constantes no Edital e em seus Anexos.
- 2 -** Será firmada Ata de Registro de Preços e, posteriormente, quando necessário, Contrato com o(s) vencedor(es) da licitação, definindo-se, desde já, que a entrega dos matérias/produtos será efetuada de forma parcelada, por período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada em conformidade com os Anexos do Edital.
- 3 - DAS DATAS E HORÁRIOS:** na realização do presente certame, serão observadas as seguintes datas e horários, tendo como referência o horário de Brasília-DF:

**Início da sessão de disputa de lances:** dia 22/08/2024 às 10:00 hs.

**Endereço eletrônico da plataforma de compra:** <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

**Valor estimado:** Classificado, até o final da sessão de disputa de lances, como forma de garantir maior competitividade entre os interessados.

**Modo de disputa:** Aberto (art. 56, I, Lei Federal nº 14.133/2021). A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

**Agente de Contratação:**

**Matrícula:**

- 4 - CONSULTAS AO EDITAL:** na internet e nos sites <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> ou <https://www.betim.mg.gov.br/portal/editais/1>.
- 5 - PROCEDIMENTOS:** em conformidade com o Edital padrão e seus Anexos.
- 6 - CONTATO:** no e-mail [cplsaude@betim.mg.gov.br](mailto:cplsaude@betim.mg.gov.br) ou telefones: (31) 3512-3318 / (31) 3512-3319.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS Nº FMS0023/2024****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024****REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2024**

O **Município de Betim**, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BETIM**, inscrito no CNPJ sob o nº 13.064.113/0001-00, com sede na Rua Pará de Minas, nº 640, Brasiléia, Betim, CEP.: 32.600-412, por intermédio do Agente de Contratação e da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 44.942/2024, torna público aos interessados que realizará, no dia, hora e local discriminados deste Edital, a sessão pública a fim de receber, abrir e examinar propostas e documentações de empresas interessadas em participar deste Pregão Eletrônico, que será regido em conformidade com as normas estipuladas na Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei Complementar nº 123/2006 e no Decreto Municipal nº 44.825/2023 de Betim/MG, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, os decretos federais correlatos e demais exigências deste Edital.

**1 - DO PROVEDOR DO SISTEMA ELETRÔNICO**

1.1 - A sessão pública será realizada via rede mundial de computadores (Internet), por meio da plataforma “Portal de Compras Públicas” no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, a ser dirigido por Agente de Contratação, nas dependências da Gerência de Licitações, com sede na Rua Pará de Minas, nº 640, Bairro Brasiléia, Betim/MG, CEP.: 32.600-412.

**2 - DO CREDENCIAMENTO**

- 2.1 - O Pregão é o nível básico do registro cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO para registro de preços, em sua FORMA ELETRÔNICA.
- 2.2 - O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).
- 2.3 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou do seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.
- 2.4 - A licitante será responsável exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.5 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.6 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ou em qualquer fase do processo de licitação.



### 3 - DA PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar deste pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**.

3.2 - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### 3.3 - Não poderão participar desta licitação os interessados:

3.3.1 - Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente.

3.4.1.1 - O impedimento de que trata o **subitem 3.3.1** será também aplicado a licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante (§ 1º do art. 14 da Lei Federal 14.133/2021).

3.3.2 - Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.3.3 - Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.3.4 - Que se enquadrem nas vedações previstas nos arts. 9º e 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

3.3.5 - Que estejam sob falência, concurso de credores, recuperação judicial ou em processo de dissolução ou liquidação.

3.3.5.1 - Interessados que estejam em recuperação judicial poderão participar da licitação, desde que apresentem certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que estão aptos econômica e financeiramente a participar de procedimentos licitatórios (Acórdão 1.201/2020 – Plenário TCU).

3.3.6 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

3.3.7 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria (§ 1º do art. 9º da Lei Federal 14.133/2021).

3.3.7.1 - A vedação de que trata o **subitem 3.3.7** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica (§ 2º do art. 9º da Lei Federal 14.133/2021).

3.4 - A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.



- 3.5 - Como condição para participação no pregão, os interessados devem baixar o Edital na plataforma de compras públicas, quando então as demais ações serão disponibilizadas pelo portal.
- 3.6 - O valor estimado do(s) item(ns) desta licitação possui caráter sigiloso, nos termos do art. 24, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 3.6.1 - Todas as informações necessárias para a elaboração das propostas constam no Edital e seus Anexos, incluindo a especificação e os quantitativos detalhados;
- 3.6.2 - As propostas apresentadas que excederem ao valor estimado não serão excluídas da sessão de disputa de lances por este motivo, preservando-se a competitividade do certame;
- 3.6.3 - Será dada publicidade ao orçamento estimado da contratação após a sessão de disputa de lances;
- 3.6.4 - A adoção do orçamento sigiloso justifica-se pela busca da proposta mais econômica, resguardando-se a possibilidade de obtenção de preços com maior desconto em relação aos valores estimados na fase interna do Processo de Compras.
- 3.7 - É de estrita responsabilidade dos participantes no certame o acompanhamento de todos os trâmites, especialmente das mensagens, convocações, diligências e prazos, que seguirão preferencialmente o rito abaixo:
- 3.7.1 - Encerrados os trabalhos de cada dia no portal de compras públicas, o agente de contratação irá declarar o encerramento e determinará ata e hora para retomada da sessão, quando então poderá prosseguir com o certame;
- 3.7.2 - Caso na data e hora marcada o processo não esteja apto para prosseguimento, o agente determinará nova data e/ou horário para retomada da sessão;
- 3.7.3 - No caso de necessidade de prorrogação de prazos para o cumprimento de quaisquer determinações do pregoeiro, é de responsabilidade das licitantes, mediante justificativa no portal, efetuarem a solicitação correspondente, que seguirá para apreciação.

#### **4 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 4.1 - Até **3 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.
- 4.2 - A IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).
- 4.3 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas no prazo de **até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 4.3.1 - Caso não seja possível cumprir o prazo acima, o pregoeiro deverá suspender o certame até que a resposta seja divulgada no sistema.
- 4.4 - Exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas, eventuais modificações no Edital, decorrentes de impugnação, pedidos de esclarecimento ou exercício do dever de autotutela, implicarão nova divulgação na mesma forma e com o cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, além dos casos nos quais o pregão tiver sido suspenso.



- 4.5 - As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.
- 4.6 - As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), sendo de responsabilidade das licitantes, seu acompanhamento.
- 4.7 - A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

## 5 - DA PROPOSTA

- 5.1 - As licitantes deverão apresentar/regar suas propostas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, de acordo com o manual do fornecedor do “Portal de Compras Públicas” e com as condições estabelecidas para o presente pregão, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública de disputa de lances, quando, então, encerrar-se-á automaticamente o prazo de inclusão de propostas e conseqüentemente de participação no certame.
- 5.2 - No ato de apresentação/registro da proposta, as licitantes devem ler atentamente as declarações e marcar as caixinhas com seu consentimento, além de assinalarem no campo correspondente quanto ao enquadramento ou não como microempresa e empresa de pequeno porte:
- 5.2.1 - Declaração de conhecimento do Edital: que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- 5.2.2 - Declaração de proposta econômica: que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- 5.2.3 - Declaração de não emprego de menores: que não emprega **menor de 18 (dezoito) anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega **menor de 16 (dezesesseis) anos**, salvo menor, **a partir de 14 (quatorze) anos**, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988;
- 5.2.4 - Declaração de não emprego de trabalho degradante: que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5.2.5 - Declaração de acessibilidade e reserva de vagas: que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991;
- 5.2.6 - Declaração de inexistência de fato superveniente: que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- 5.2.7 - Declaração de enquadramento de microempresa ou empresa de pequeno porte: que, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, está enquadrada



como ME/EPP/COOP, conforme Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência.

- 5.2.7.1 - Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- 5.2.7.2 - Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” implica na impossibilidade da licitante exercer o direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte;
- 5.2.7.3 - A condição de microempresa ou empresa de pequeno porte deverá ser comprovada pela licitante que assinalar “sim” e usufruir do tratamento favorecido.
- 5.2.8 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.
- 5.3 - Após o preenchimento da validade da proposta, conforme **subitem 5.4.4**, a interessada deverá preencher os campos obrigatórios: “Valor Unitário”, “Valor Total”, “Modelo”, “Marca/Fabricante” e “Descrição detalhada do item”.
- 5.3.1 - O “Valor Total” por item/lote será aquele decorrente do resultado do cálculo “Valor Unitário” X “Quantidade”, a ser conferido pela licitante em conformidade com o **Anexo II**, e que será objeto da disputa de lances;
- 5.3.2 - No preenchimento do campo “Descrição detalhada do item”, a licitante deve apresentar o Resumo das especificações de todos os produtos/equipamentos ou serviços ofertados, especialmente o número do registro do produto, quando for o caso.
- 5.3.2.1 - É vedada a proposta impor condições ou conter opções e apresentar qualquer elemento que possa identificar a licitante;
- 5.3.2.2 - Caso o objeto da licitação seja prestação de serviços, deve ser informado no portal apenas o que for pertinente.
- 5.3.3 - **Sob pena de desclassificação, a marca (quando for o caso) apresentada na Proposta Eletrônica deve ser a mesma apresentada na proposta formal.**
- 5.4 - A **proposta formal**, a ser encaminhada pela licitante arrematante, após o término da disputa de lances, deverá ser elaborada conforme condições fixadas no Edital Padrão e seus Anexos, devendo conter ainda:
- 5.4.1 - Razão social, endereço completo, endereço eletrônico (se houver), CNPJ, inscrição estadual ou municipal da licitante (se houver), número do processo, número do pregão e referência do lote;
- 5.4.2 - Preço unitário de cada lote e o seu valor global, em moeda nacional corrente, expresso em algarismos e por extenso, incluídos todos os encargos e despesas. **O valor global de cada item/lote deverá ser igual ou inferior ao valor arrematado na disputa de lances.**



**5.4.2.1 - Quanto aos valores unitários de cada item/lote, não serão aceitos aqueles que sejam superiores aos valores médios de mercado;**

5.4.2.2 - Poderá a licitante cotar preço para um ou mais lotes, sendo obrigatória a cotação de todos os itens de cada lote ofertado;

5.4.2.3 - Em se tratando de objetos com preços unitários mínimos, os valores unitários poderão ser cotados com até 4 (quatro) casas decimais após a vírgula, observando que o valor global deverá conter apenas 2 (duas) casas decimais, sem dízima periódica e sem arredondamentos;

5.4.2.4 - Ocorrendo discrepância entre os preços apresentados em algarismos e por extenso, prevalecerá o preço por extenso. Havendo erro no somatório do valor global, será considerado o preço unitário para correção do cálculo;

5.4.2.5 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

5.4.3 - Especificação clara e detalhada do produto/material/equipamento ou serviço ofertado, indicando suas características, observando as especificações básicas e exigências contidas no Edital, cotando preços unitários de cada item e o valor global de cada lote.

5.4.3.1 - Assinalar a origem do produto ofertado: se nacional ou importado. Se importado, indicar o País de origem;

5.4.3.2 - Designar de forma precisa a marca (quando for o caso), nome do fabricante, modelo do produto ofertado e número de registro no Órgão competente, quando exigidos pela legislação. Não será aceita opção de marca/modelo.

5.4.4 - Prazo de validade das propostas, que não poderá ser inferior a **120 (cento e vinte) dias**, contados da abertura das propostas;

5.4.5 - Prazo de entrega dos produtos/materiais/equipamentos/serviços;

5.4.6 - Prazo de garantia ou validade dos produtos/materiais/equipamentos/serviços;

5.4.7 - Folders, cartilhas, panfletos, catálogos e/ou cronograma de implantação de serviço, quando for determinado no **Anexo I** (Termo de Referência) e/ou **Anexo II** deste Edital.

## **6 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 - As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e as licitantes.



- 6.5 - Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.6 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7 - A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8 - As licitantes deverão observar o intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances estipulado na plataforma de compras públicas para o presente certame.
- 6.9 - A licitante poderá uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 13 (treze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.
- 6.10 - O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11 - O modo de disputa adotado para a sessão de disputa de lances será o “aberto”, conforme abaixo:
- 6.11.1 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **2 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública;
  - 6.11.2 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;
  - 6.11.3 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação;
  - 6.11.4 - Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em **2º (segundo) lugar** for de pelo menos **5% (cinco por cento)**, o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da **disputa aberta**, para a definição das demais colocações;
  - 6.11.5 - Após o reinício previsto no item supra, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários;
  - 6.11.6 - Não havendo pelo menos **3 (três) propostas** nas condições definidas no **subitem 6.11.4** as licitantes que apresentaram as **3 (três) melhores propostas**, serão consideradas as empatadas, e poderão oferecer novos lances sucessivos.
- 6.12 - Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13 - Não serão aceitos **2 (dois) ou mais lances de mesmo valor**, prevalecendo aquele que for recebido e registrado **em 1º (primeiro) lugar**.
- 6.14 - Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado ou maior percentual de desconto, vedada a identificação da licitante.



- 6.15 - No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível as licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **24 (vinte e quatro) horas** da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17 - Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18 - Em conformidade com os arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006 e com o art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007, uma vez verificado o empate, ou seja, naquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas (ME`s), Empresas de Pequeno Porte (EPP`s) ou Cooperativas (COOP`s), que possuam receita bruta até o limite definido no inciso II, do *caput* do art. 3º da LC nº 123/2006 (alterada pela Lei Complementar nº 147/2014), nela incluídos os atos cooperados e não cooperados, sejam iguais ou até 5% (cinco décimas por cento) superiores à proposta melhor classificada, é garantido às mesmas o direito à oferta de lance inferior ao arrematado. Neste caso, e considerando o **item 3.2**, a primeira empresa EPP, ME ou COOP que protocolou a proposta no sistema terá preferência na contraproposta, cujo valor deverá ser inferior ao valor arrematado no lote.
- 6.18.1 - Concluída esta etapa, ou não havendo concorrência de ME`s, EPP`s ou COOP`s, o(a) pregoeiro(a) encerrará o lote, dando prosseguimento aos demais, se houver;
- 6.18.2 - Nessas condições, as propostas de **microempresas e empresas de pequeno porte** que se encontrarem na faixa de **até 5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a **1ª (primeira) colocada**;
- 6.18.3 - A melhor classificada nos termos do **subitem anterior** terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **5 (cinco) minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;
- 6.18.4 - Caso a **microempresa ou a empresa de pequeno porte** melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **5% (cinco por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;
- 6.18.5 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas **microempresas e empresas de pequeno porte** que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.19 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta da **1ª (primeira) colocada** permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro deverá negociar condições mais vantajosas.
- 6.19.1 - A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a **1ª (primeira) colocada**, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração;



- 6.19.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes;
- 6.19.3 - O resultado da negociação será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório;
- 6.19.4 - Após a fase de negociação, de todos os lotes, será concedido no portal o prazo de **10 (dez) minutos** para manifestação de intenção em recorrer.
- 6.20 - Ao final do prazo acima, o pregoeiro solicitará ao(s) arrematante(s) declarado(s) em cada lote/item que, no prazo de **1 (uma) hora**, prorrogável por igual período, envie(m) a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, dos documentos de habilitação.
- 6.20.1 - A proposta compreende, conforme o caso: planilha de composição de custos, folders, cartilhas, panfletos, catálogos, cronograma de implantação de serviço, ou seja, quaisquer documentos necessários a comprovação das características mínimas do produto/serviço ofertado;
- 6.20.2 - A proposta deverá ser preenchida, preferencialmente, de acordo com o modelo do **ANEXO II**, deste Edital de licitação;
- 6.20.3 - A licitante deve adequar a redação do item em conformidade ao objeto licitado e ao critério de julgamento já estabelecido no Edital;
- 6.20.4 - Deverá constar na proposta a indicação de **PREPOSTO**, responsável pelo contato durante todo período de execução contratual, sendo, Nome, CPF, número de telefone direto e endereço de e-mail.
- 6.20.5 - A prorrogação de que trata o **item 6.20**, poderá ocorrer nas seguintes situações:
- 6.20.5.1 - Por solicitação da licitante, mediante justificativa, a ser aceita pelo(a) agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir; ou
- 6.20.5.2 - De ofício, a critério do(a) agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o(a) substituir, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital para a verificação de conformidade de que trata o *caput*.
- 6.21 - Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de julgamento da proposta e da habilitação.

## **7 - DA APRECIÇÃO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO**

- 7.1 - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o(s) arrematante(s) declarado(s) em cada lote/item atende(m) as condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata e no **item 3** do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP ([www.portaldatransparencia.gov.br/](http://www.portaldatransparencia.gov.br/));



- 7.1.2 - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- 7.1.3 - Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>;
- 7.1.4 - Cadastro Geral de Fornecedores - CAGEF, mantido pelo Governo do Estado de Minas Gerais (<https://www.cagef.mg.gov.br/fornecedorweb/br/gov/prodemge/seplag/fornecedor/publico/index.zul>).
- 7.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário e sócio administrador, por força da vedação de que trata o **art. 12 da Lei nº 8.429/1992**.
- 7.3 - Caso conste na Consulta de Situação da licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (**IN nº 3/2018 Federal, art. 29, caput**).
- 7.3.1 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (**IN nº 3/2018 Federal, art. 29, § 1º**);
- 7.3.2 - A licitante será convocada para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (**IN nº 3/2018 Federal, art. 29, § 2º**);
- 7.3.3 - Constatada a existência de sanção, a licitante será reputada inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4 - Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.5 - Caso a licitante provisoriamente classificada em **1º (primeiro) lugar** tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às **ME/EPP's**, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o **item 3.3** deste Edital.
- 7.6 - Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em **1º (primeiro) lugar** quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos, observando ainda o disposto no **arts. 29 a 35 da IN SEGES nº 73/2022**.
- 7.7 - Será desclassificada a proposta que:**
- 7.7.1 - Contiver vícios insanáveis;
- 7.7.2 - Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.7.3 - Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.7.4 - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;
- 7.7.5 - Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.



- 7.7.6 - Na verificação da conformidade das propostas, o pregoeiro deverá solicitar parecer técnico do setor demandante do objeto deste certame, e poderá desclassificá-las quando ele for desfavorável, levando-se em consideração o atendimento a todas as exigências técnicas estabelecidas neste Edital e/ou os fatores abaixo:
- 7.7.6.1 - **Rendimento** mensurado a partir da experiência anterior de uso dos produtos/equipamentos/serviços pelo Fundo Municipal de Saúde/Secretaria Municipal de Saúde de Betim, mediante Parecer Técnico demonstrando a vantagem ou desvantagem da compra, considerando a durabilidade e outros fatores decorrentes da utilização pelos técnicos da Secretaria, em confronto com as especificações constantes deste Edital;
  - 7.7.6.2 - **Qualidade** avaliada pelos componentes da especificação ou teste em amostra solicitada, considerando entre outros fatores a durabilidade, a segurança ou a presença de elementos inconvenientes ao uso previsto.
- 7.8 - No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexigibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.
- 7.8.1 - A inexigibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
    - 7.8.1.1 - Que o custo da licitante ultrapassa o valor da proposta; e
    - 7.8.1.2 - Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9 - Se houver indícios de inexigibilidade, da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.10 - Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido de composto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, a licitante classificada em **1º (primeiro) lugar** será convocada para apresentar Planilha por ela elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.11 - Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 7.11.1 - O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
  - 7.11.2 - Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.12 - Caso o **Termo de Referência** exija a apresentação de amostra, a licitante classificada em **1º (primeiro) lugar** deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.13 - Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo as demais licitantes.



- 7.14 - Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.15 - No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta da licitante será desclassificada.
- 7.16 - Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pela **1ª (primeira) classificada** não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pela **2ª (segunda) classificada**. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 7.17 - Os documentos previstos neste Edital e no termo de referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade da licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos **arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- 7.17.1 - Toda a documentação para fins de habilitação deverá ser anexada ao sistema em até **1 (uma) hora** da convocação do pregoeiro, após a fase de disputa de lances e negociação de preços (se for o caso);
- 7.17.2 - Os documentos para habilitação, deverão estar vigentes na data de abertura da sessão, sob pena de inabilitação da licitante;
- 7.17.3 - Aos documentos que não mencionarem prazo de validade será atribuído prazo de **90 (noventa) dias** de eficácia, contados da data de emissão, salvo disposição contrária expressa em Lei;
- 7.17.4 - A proposta ajustada e os documentos de habilitação deverão ser encaminhados digitalmente pela licitante mais bem classificada, via plataforma de compras públicas, dentro do prazo estipulado, e deverão ser produzidos conforme art.12 da Lei Federal 14.133/2021;
- 7.17.5 - A licitante é responsável pela veracidade dos documentos encaminhados, resguardando-se ao pregoeiro e/ou à comissão de contratação a realização de diligências para confirmação do conteúdo, quando justificada a necessidade, e para renovação de validade de documentos com vigência expirada após a abertura das propostas;
- 7.17.6 - A realização de diligência se dará por meio do portal de compras públicas, durante sessão aberta a todos os interessados e observará o disposto no **item 3.7**.
- 7.18 - **As licitantes deverão anexar para fins de sua habilitação no certame os seguintes documentos, de acordo com os itens 7.19, 7.20, 7.21 e 7.22.**

#### 7.19 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 7.19.1 - **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 7.19.2 - **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;



- 7.19.3 - **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.19.4 - **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77/2020;
- 7.19.5 - **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.19.6 - **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 7.19.7 - **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o **art. 107 da Lei nº 5.764/1971;**
- 7.19.8 - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## 7.20 - HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- 7.20.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 7.20.2 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo **Decreto-Lei nº 5.452/1943;**
- 7.20.3 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da **Portaria Conjunta nº 1.751/2014**, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 7.20.4 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 7.20.5 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo **Decreto-Lei nº 5.452/1943.**



- 7.20.6 - Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre:
- 7.20.6.1 - Caso a licitante seja considerada isenta dos tributos Estadual e Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 7.20.6.2 - A licitante enquadrada como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na **Lei Complementar nº 123/2006**, estará dispensada da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 7.20.7 - A apresentação do **Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI** supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio Certificado.
- 7.20.8 - **Deverá ainda, apresentar as seguintes declarações, conforme disposto na plataforma do portal de compras públicas e nos ANEXOS deste Edital, de que:**
- 7.20.8.1 - Não se encontra com o Direito de Licitar suspenso perante o **Município de Betim/MG**, bem como não se encontra declarado inidôneo por órgão ou entidade em qualquer das esferas do Governo;
- 7.20.8.2 - Não emprega menor de **18 (dezoito) anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de **16 (dezesesseis) anos**, salvo menor, a partir de **14 (quatorze) anos**, na condição de aprendiz, nos termos do **art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal**;
- 7.20.8.3 - Os proprietários, sócios e/ou dirigentes da referida empresa **NÃO** possuem grau de parentesco consanguíneo ou por afinidade até o **3º (terceiro) grau**, com SERVIDORES EFETIVOS INVESTIDOS DE CARGOS DE DIREÇÃO, CHEFIA E ASSESSORAMENTO, OU EXERÇAM FUNÇÃO GRATIFICADA E AINDA QUE FAÇAM PARTE DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS, SEJA PREGOEIRO E OU MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO, E DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE BETIM/MG OU QUE EXERÇAM FUNÇÃO DE FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS ORIUNDO DO PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO, AGENTES POLÍTICOS, PREFEITO, VICE-PREFEITO E OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO DA **PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM/MG**, responsabilizando-se civil, administrativa e criminalmente pela veracidade das informações contidas nesta Declaração.
- 7.20.8.4 - Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos **incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal**;
- 7.20.8.5 - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 7.20.8.6 - Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas



assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

## 7.21 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 7.21.1 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede da licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;
- 7.21.2 - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante.
- 7.21.3 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais:
- 7.21.3.1 - Apresentar declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento, pela licitante, dos índices econômicos previstos neste Edital;
- 7.21.3.2 - Apresentar relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados;
- 7.21.3.3 - A licitante deverá apresentar patrimônio líquido mínimo ou equivalente a 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação.
- 7.21.3.4 - Somente será habilitada a licitante que apresentar, no balanço patrimonial, comprovação da boa situação financeira da empresa, acompanhados da demonstração do Índice de Liquidez Geral e do Grau de Endividamento, obtidos de acordo com a fórmula a seguir discriminada:

$$\begin{aligned} \text{ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL : } & \frac{AC + RLP}{PC + ELP} : > \text{ ou } = a \text{ 1,00} \\ \text{GRÁU DE ENDIVIDAMENTO: } & \frac{PC + ELP}{AT} : < \text{ ou } = a \text{ 1,00} \end{aligned}$$

**Nota:**

AC – Ativo Circulante  
 RLP – Realizável a Longo Prazo  
 PC – Passivo Circulante  
 ELP – Exigível Longo Prazo  
 AT – Ativo Total

- 7.21.3.5 - O pequeno empresário, assim considerado o empresário individual caracterizado como microempresa na forma da Lei Complementar nº 123/2006 que aufera receita bruta anual até o limite previsto no § 1º do art. 18-A da referida norma, fica dispensado da exigência de balanço patrimonial e demonstrações contábeis, por força do art. 1.179, § 2º do Código Civil.
- 7.21.4 - As licitantes deverão, no momento da apresentação das propostas, apresentar a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como



requisito de pré-habilitação, a qual poderá ser prestada nas modalidades de que trata os § 1º e § 3º do art. 96 da Lei Federal 14.133/2021;

- 7.21.5 - Licitante em recuperação judicial deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

## 7.22 - RELATIVAMENTE À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 7.22.1 - Certificado de Registro do Produto no MS/ANVISA ou publicação completa no Diário Oficial da União, com despacho da concessão de registro, referente ao produto ofertado. Será aceito também, Certificado de Registro (dentro da validade) retirado do site da ANVISA, pela Internet;
- 7.22.2 - Comprovação da dispensa do registro do produto na ANVISA, conforme o caso. Ficará a cargo da empresa interessada provar que o produto objeto da contratação não está sujeito ao regime da Vigilância Sanitária;
- 7.22.3 - Autorização de Funcionamento de Empresa - AFE, expedida pela ANVISA, da empresa interessada. No caso do material não exigir o registro da ANVISA, fica dispensada a apresentação da Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE;
- 7.22.4 - Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária/Licença de Funcionamento);
- 7.22.5 - Laudo de Análise do Produto e todos os documentos definidos em lei para compra desse objeto;
- 7.22.6 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;
- 7.22.7 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados, em que, somados ou não, tenham atendido em no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade solicitada.

## 8 - DO REGISTRO DE PREÇOS E DA FORMALIZAÇÃO DA ATA

- 8.1 - Após homologado o resultado desta licitação, a Seção de Contratos, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de prestadores de serviços a serem registrados, convocará o(s) interessado(s) para a assinatura da Ata de Registro de Preços (Termo de Compromisso).
- 8.2 - O Registro de Preços terá vigência pelo prazo de 1 (um) ano, contado da data de assinatura da respectiva ata, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.3 - Durante o prazo de validade da Ata, as propostas selecionadas no registro de preços ficarão à disposição da Administração, para que se efetuem contratações nas oportunidades e quantidades necessárias até o limite estabelecido.
- 8.4 - O Adjudicatário que se recusar a entregar o objeto, não aceitar ou não retirar a nota de empenho/ordem de serviço ou assinar o contrato no prazo e condições estabelecidas, sem nenhum motivo relevante, ficará sujeito à aplicação das penalidades descritas neste Edital.



- 8.5 - Durante o prazo de validade do Registro de Preços, a Administração Pública **não** ficará obrigada a comprar os materiais objeto deste pregão exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo realizar licitações ou proceder a outras formas de aquisição quando julgar conveniente, desde que obedecida à legislação pertinente às licitações, ficando assegurado ao beneficiário do Registro à preferência em igualdade de condições.
- 8.6 - O direito de preferência de que trata o item anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do Registro de Preços quando a administração municipal optar pela aquisição por meio legalmente permitido e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.
- 8.7 - O gerenciador da Ata de Registro de Preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na Ata, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Fundo Municipal de Saúde/Secretaria Municipal de Saúde.
- 8.8 - Caso seja constatado que o preço registrado na ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-los aos níveis definidos no subitem anterior.
- 8.9 - Caso o fornecedor não possa reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados pelo gerenciador da ata que poderá convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 8.10 - Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que trata os subitens anteriores, o gerenciador procederá à revogação da ata, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 8.11 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade municipal deste ou de outros entes federativos que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta e autorização do órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem, nos termos do art. 86, § 3º da Lei nº 14.133/2021.
- 8.12 - Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis contratados e respectivos preços a serem praticados, obedecida à ordem de classificação.
- 8.13 - Caberá ao beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que esta execução não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
- 8.14 - As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.
- 8.15 - O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.



8.15.1 - O quantitativo máximo a ser adquirido por meio de contratos decorrentes desta ata se refere àqueles estabelecidos no Termo de Referência.

## **9 - DO JULGAMENTO E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

9.1 - O julgamento do presente certame se dará pelo critério de **MENOR PREÇO POR LOTE/ITEM**.

9.1.1 - Quando o lote contiver mais de um item, a proposta deverá ser adequada até que todos eles não ultrapassem o valor estimado.

9.2 - Para substituir o seu julgamento, além das questões atinentes à avaliação de amostra, quando for o caso, o pregoeiro poderá solicitar à área demandante a emissão de um parecer técnico sobre os aspectos técnicos e operacionais da(s) arrematante(s), bem como um parecer especializado sobre a habilitação econômica financeira.

9.3 - Após análise da(s) proposta(s), dos documentos de habilitação, e do parecer técnico, o pregoeiro divulgará a data e horário do julgamento e da declaração do(s) vencedor(es), por meio da plataforma de compras públicas, sendo de responsabilidade das licitantes realizar o devido acompanhamento, nos termos do **item 3.7** deste Edital.

9.4 - Efetuado o julgamento, deverá a licitante interessada manifestar, em até **30 (trinta) minutos**, contados do ato declaratório no sistema, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

9.5 - A recorrente terá, a partir de então, o prazo **3 (três) dias úteis** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **3 (três) dias úteis**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.6 - A licitante que manifestou interesse em recorrer quando a arrematante de cada lote/item foi declarada, deve observar a forma e o prazo acima para apresentar as razões do recurso.

9.7 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.8 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

9.9 - O processamento do recurso observará os arts. 165 a 168 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **10 - DO PAGAMENTO**

10.1 - Serão realizados os pagamentos, exclusivamente, por meio de depósito bancário na Conta da empresa, no prazo de até **30 (trinta) dias**, a contar do **1º (primeiro) dia útil** subsequente ao da data de apresentação de nota fiscal/nota fiscal fatura dos materiais/produtos entregues, devidamente atestada pelo Gerente responsável pelo recebimento.

10.1.1 - Deverá a fornecedora indicar, nas suas respectivas notas fiscais, nome do Banco, o número da Agência, o número da Conta Corrente que deverá ser correspondente ao CNPJ constante no Contrato ou Termo Aditivo, responsabilizando-se por erros cometidos nas informações;



10.1.2 - Nenhum pagamento será efetuado, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que for imposta em virtude de penalidades ou inadimplemento, sem que isso gere direito ao pleito de atualização financeira.

## 11 - DO REAJUSTE

11.1 - Os preços inicialmente são fixos e irreeajustáveis no prazo de **1 (um) ano**, contado da data-base vinculada à data do orçamento estimado.

11.2 - Após o interregno de **1 (um) ano**, mediante abertura de processo administrativo com manifestação dos órgãos de assessoramento jurídico e controle interno do Município, os preços iniciais poderão ser reajustados conforme **Índice Nacional de Preço ao Consumidor Especial – (IP-CA-E)**, podendo a autoridade administrativa estabelecer índice diverso, desde que devidamente comprovada sua vantajosidade e aplicabilidade ao objeto contratual, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

11.3 - Os reajustes subsequentes ao primeiro serão concedidos com interregno igual, contado da data dos efeitos financeiros do primeiro aditivo.

11.4 - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, a importância será calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

11.5 - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

11.6 - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

11.7 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.8 - O reajuste será realizado por termo aditivo.

## 12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - Comete infração administrativa, nos termos da lei, a licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1 - Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2 - Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3 - Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.2.4 - Deixar de apresentar amostra; ou



- 12.1.2.5 - Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital.
- 12.1.3 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.4 - Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.5 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 12.1.6 - Fraudar a licitação;
- 12.1.7 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 12.1.7.1 - Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 12.1.7.2 - Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 12.1.7.3 - Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- 12.1.8 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.9 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.
- 12.2 - Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1 - Advertência;
  - 12.2.2 - Multa;
  - 12.2.3 - Impedimento de licitar e contratar; e
  - 12.2.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:**
- 12.3.1 - A natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 12.3.2 - As peculiaridades do caso concreto;
  - 12.3.3 - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 12.3.4 - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - 12.3.5 - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



- 12.4 - A **multa** será recolhida em percentual de **0,5% a 30% (cinco décimas por cento a trinta por cento)** incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.
- 12.4.1 - Para as infrações previstas nos **subitens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3**, a multa será de **0,5% a 15% (cinco décimas por cento a quinze por cento)** do valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.
- 12.4.2 - Para as infrações previstas nos **subitens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8**, a multa será de **15% a 30% (quinze a trinta por cento)** do valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.
- 12.5 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6 - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.
- 12.7 - A **sanção de impedimento de licitar e contratar** será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos **subitens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município, pelo prazo máximo de **3 (três) anos**.
- 12.8 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos **subitens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos **subitens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 12.9 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no **subitem 12.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do **art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73/2022**.
- 12.10 - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por **2 (dois) ou mais servidores estáveis**, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou o adjudicatário para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.11 - Caberá recurso no prazo de **15 (quinze) dias úteis** da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.
- 12.12 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da



intimação, e decidido no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

12.13 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.13.1 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao **Município de Betim/MG**.

### **13 - DISPOSIÇÕES FINAIS**

13.1 - Todos os atos praticados no portal de compras públicas ficarão registrados na Ata do certame, para consulta de qualquer interessado.

13.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

13.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF, observando ainda o disposto no **item 3.7** deste Edital.

13.4 - No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, que ficará registrado em ata do portal de compras públicas e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.5 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5.1 - Homologada a licitação pela autoridade competente, o Município de Betim/MG firmará o Termo de Compromisso com o PROPONENTE VENCEDOR visando o Registro de Preço do objeto desta licitação nos termos da Minuta que integra este Edital, podendo futuramente efetivar a contratação através de instrumento contratual, do qual a minuta também integra estes autos como anexo.

13.6 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.7 - As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.8 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.9 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.10 - A licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.



- 13.10.1 - A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 13.11 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 13.12 - A Administração Pública do Município de Betim poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e do contraditório.
- 13.12.1 - A anulação do Pregão induz à extinção do contrato;
- 13.12.2 - A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.
- 13.13 - É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.
- 13.14 - As atribuições do Pregoeiro/Agente de Contratação estão descritas no **Decreto Municipal nº 44.825/2023**.
- 13.15 - A forma de gestão e fiscalização do (s) contrato (s) decorrente (s) da presente licitação seguirão o disposto no Termo de Referência, **Lei nº 14.133/2021** e **Decreto Municipal nº 44.825/2023**.
- 13.16 - O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/pncp/pt-br> ou <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> ou <https://www.betim.mg.gov.br/portal/editais/1> sendo que a publicação do extrato do presente Edital se dará conforme legislação vigente e o extrato dos demais atos decisórios no Órgão Oficial do Município de Betim.
- 13.17 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:
- 13.17.1 - **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;**
- 13.17.2 - **ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;**
- 13.17.3 - **ANEXO III – DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME O MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO;**
- 13.17.4 - **ANEXO IV – MINUTA DA ATA;**
- 13.17.5 - **ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO.**

Betim/MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

**PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS Nº FMS0023/2024****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024****REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2024****ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

<b>Termo de Referência nº 07/2024</b>
<b>Memorando nº 62/2024</b>
<b>Protocolo ARES nº 21.612/2024</b>
<b>Legislação de regência: Lei Federal 14.133/2021 e Decreto Municipal 44.825/2023</b>
<b>OBJETO:</b> Aquisição de MATERIAL HOSPITALAR DE SUPORTE VENTILATÓRIO para atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Betim.
<b>SIGILO:</b> (X) SIM ( ) NÃO
<b>REGISTRO DE PREÇOS:</b> (X) SIM ( ) NÃO
<b>UNIDADE (S) REQUISITANTE (S):</b> DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS-CAFI.

**1 - DO OBJETO****1.1 - NATUREZA**

- Comum
- Especial
- Comum de Engenharia
- Especial de Engenharia
- Obra
- Técnico especializado de natureza predominantemente intelectual
- Especial de Tecnologia da Informação e de Comunicações
- Locação
- Artigo (s) de luxo, em hipótese autorizada por regulamento

1.1.1 - Os bens objeto desta licitação são caracterizados como comuns, pois apresentam padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais do mercado;

1.1.2 - O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 44.825/2023.

**1.2 - QUANTITATIVOS**

1.2.1 - O quadro de materiais contendo as especificações técnicas dos itens a serem adquiridos e suas quantidades encontram-se em anexo a esse Termo de Referência. A seleção dos itens a serem adquiridos, suas quantidades, bem como as suas descrições ficaram a cargo da equipe de planejamento. Para tanto, foi realizada análise dos saldos das atas vigentes e o levantamento das demandas, de forma a atender às necessidades do município e evitar a falta destes materiais.

**1.3 - PRAZO DO CONTRATO**



- 1.3.1 - O contrato administrativo decorrente da presente licitação terá duração de 12 meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado até a vigência máxima de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021, por se tratar de fornecimento continuado.

## **2 - DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1 - O Estudo Técnico Preliminar (ETP) nº 7, documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução, concluiu pela viabilidade da presente contratação. A justificativa encontra-se pormenorizada em tópico específico do referido Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## **3 - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

- 3.1 - Conforme exposto em Estudo Técnico Preliminar, a contratação da solução mostra-se necessária para resolver a demanda apresentada e adequada à necessidade a que se destina.

## **4 - DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 4.1 - Os materiais a serem utilizados na execução do contrato deverão obedecer às normas e especificações da ABNT, INMETRO, Normas da ISO, ANVISA, MINISTÉRIO DA SAÚDE no que se refere à qualidade, conforme for aplicável e deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, respeitando todas as normas vigentes de acondicionamento e transporte dos mesmos.
- 4.2 - Não serão exigidas marcas ou modelos específicos para a contratação, uma vez que a descrição do objeto já delinea todas as suas características essenciais.
- 4.3 - Será utilizado o critério de julgamento menor preço por item para aferição da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.
- 4.4 - Dos critérios de sustentabilidade:
- 4.4.1 - Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.4.1.1 - A Contratada deve atender, quando couber, a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Art. 5º: “Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL”.
- 4.4.1.2 - (...) “que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2;
- 4.4.1.3 - Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;



- 4.4.1.4 - Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- 4.4.1.5 - Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS ( ), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), Restriction of Certain Hazardous Substances cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs)".

#### 4.5 - Da apresentação de amostras e/ou folder técnico/manual/prospecto;

- 4.5.1 - Para aferir a compatibilidade do item ofertado pelas licitantes com as especificações exigidas no Termo de Referência, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, é obrigatória apresentação pelos licitantes, juntamente com a proposta, de folder ou documento que contenha minimamente as seguintes informações de cada item ofertado:
  - 4.5.1.1 - Registro ANVISA do produto;
  - 4.5.1.2 - Fabricante do produto;
  - 4.5.1.3 - Marca do produto;
  - 4.5.1.4 - Modelo ou referência do produto;
  - 4.5.1.5 - Imagem ou fotografia do produto.
- 4.5.2 - Caso seja aferida a compatibilidade do item do fôlder com a especificação, mas não seja possível aferir os padrões de qualidade e desempenho, poderá ser solicitada apresentação de amostras ao participante provisoriamente classificado em primeiro lugar, na quantidade de no **máximo 4 (quatro) unidades**;
- 4.5.3 - Os produtos que já tiverem histórico de aprovação em aquisições anteriores e não tiverem notificações que resultaram em retirada de uso poderão ser dispensados do envio de amostra para análise;
- 4.5.4 - A amostra deverá estar devidamente identificada com a razão social, e-mail e telefone da licitante, número da licitação e a indicação de a que item da licitação se refere (código e descrição), conter os respectivos prospectos e manuais, se for o caso. Deve dispor na embalagem as informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, marca, número de registro na ANVISA, código de referência do produto/modelo;
- 4.5.5 - As amostras serão fornecidas sem despesas para o contratante;
- 4.5.6 - O envio/postagem das amostras deverá se dar no prazo máximo de **5 (cinco) dias corridos**, contados do recebimento da convocação, no horário de 07h30 às 17h30, no Setor de Suprimentos do Hospital Público Regional de Betim. Endereço: Avenida Edméia Matos Lazarotti, nº 3.800, Bairro Jardim Brasília, Betim/MG. CEP.: 32.630-080 sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega;



- 4.5.7 - É facultada a prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação devidamente justificada pelo interessado, antes de findo o prazo;
- 4.5.8 - No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, o item será automaticamente desclassificado;
- 4.5.9 - A finalidade da amostra é permitir que a área técnica, no julgamento da proposta, possa se certificar de que o item proposto pelo licitante atende a todas as condições e especificações técnicas indicadas na sua descrição, tal como constante no Edital. Com isso, serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade: conformidade com a especificação solicitada, isto é, apresentar as características físicas adequadas; desempenho técnico; atendimento aos requisitos legais, executando suas funções com eficácia e segurança, de acordo com a finalidade atribuída ao produto, oferecendo segurança durante a utilização, tanto para o paciente quanto para os profissionais durante o seu uso.
- 4.5.10 - Serão avaliados os seguintes quesitos:
- a) **Dentre as características físicas**, serão avaliados a composição/formulação, coloração, dimensão/medidas, graduação, volume, transparência, absorção, conforto, radiopacidade, hidrorrepelência, biocompatibilidade, trama, textura, adesividade, pressão, número de vias, identificação de vias, sistemas de conexões/ajustes e de controle de fluxo, vedação, flexibilidade, fenestras. Isenção de agentes tóxicos, resíduos químicos (p. ex. amido), odor, impurezas, desprendimento de fios, abrasividade, corrosão, peças acessórias, dentre outras características do produto. Características da embalagem, ordenação do material dentro da embalagem, rotulagem, métodos de esterilização, transferência asséptica, resistência, durabilidade, integridade, apresentação, quantidade, data de fabricação e validade, lote, dentre outras características do material, quando aplicável;
  - b) **Dentre as características de desempenho técnico**, serão avaliados sua funcionalidade, no que diz respeito a segurança e facilidade no manuseio e higienização; precisão, resistência e legibilidade das escalas graduadas; conexões/ajustes seguro livre de vazamentos; manutenção de fluxo seguro; manutenção das características durante a utilização respeitando o tempo indicado para a utilização, durabilidade; devendo manter as suas características durante o armazenamento e transporte, e enquanto durar o período de validade, dentre outros quando aplicável;
  - c) **Dentre os requisitos legais**, serão avaliados o atendimento a legislação no que se refere a Registro no Ministério da Saúde (RMS), notificação/cadastro no Ministério da Saúde e ou certificação de dispensa de registro, Registro no Ministério do trabalho (CA), Laudos técnicos, Normas técnicas, certificados de boas práticas. Informações sobre o emprego correto e seguro do produto, suas características e composição, condições de armazenamento, riscos, advertências e precauções, ações imediatas frente a exposição acidental, entre outros, quando aplicáveis. Em relação a esses quesitos, quando necessário, deverão vir informados no rótulo e ou através de documentos enviados pela empresa junto com a amostra do material. Será observado também o atendimento quanto às solicitações de encaminhamento de documentos pela empresa, entre outras informações, quando aplicáveis;



- 4.5.11 - Será verificado ainda, se o produto ofertado possui algum alerta de restrição ou interdição na Agência Nacional de Vigilância Sanitária;
- 4.5.12 - Haverá possibilidade de acompanhamento da avaliação das amostras por todas as licitantes, em consonância com o princípio da publicidade, desde que previamente solicitado;
- 4.5.13 - As amostras colocadas à disposição da Secretaria Municipal de Saúde serão tratadas como protótipo, podendo o produto ser manuseado, desmontado ou instalado pela equipe técnica responsável pela análise, bem como conectado a equipamentos e submetidos aos testes necessários;
- 4.5.14 - Após a divulgação do resultado final do certame, os proponentes que tiverem amostras passíveis de devolução poderão solicitá-las no e-mail: [referenciadeinsumosbetim@gmail.com](mailto:referenciadeinsumosbetim@gmail.com), no prazo de até 02 (dois) dias úteis. As amostras solicitadas pelos proponentes deverão ser retiradas em até 7 (sete) dias úteis no endereço indicado via e-mail, a contar da data de solicitação de devolução. Caso o proponente não solicite a devolução da amostra ou a recolha nos prazos informados, elas poderão ser descartadas pela Administração;
- 4.5.15 - Não será permitido debitar a quantidade enviada como amostra dos empenhos e ordens de fornecimento emitidos posteriormente;
- 4.5.16 - Poderá ser solicitada também a apresentação de catálogos e prospectos ilustrativos dos itens ofertados, em caso de dúvidas técnicas. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso;
- 4.5.17 - Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste TR.
- 4.6 - É vedada a subcontratação na execução do futuro contrato administrativo.
- 4.7 - A presente contratação não gera vínculo empregatício entre a Contratada e/ou seus subordinados e a Administração Pública, vedando-se qualquer relação entre eles que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

#### **4.8 - Da disposição de exclusividade e disposição de cotas reservadas para ME/EPP:**

- 4.8.1 - Justifica-se a **NÃO** realização DE EXCLUSIVIDADE e DE COTAS RESERVADAS para Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do art. 35, da Lei Municipal 4977, de 22/04/2010:

Art. 35. Não se aplica o disposto nos arts. 32 ao 34 quando:

(...)

II – o tratamento diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração ou **representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.**

V – o **tratamento diferenciado** e simplificado não for capaz de alcançar os objetivos previstos no art. 27, **justificadamente.**



Parágrafo Único - Para o disposto no inciso II, considera-se não vantajosa a contratação quando resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência.

Vejam, ainda o disposto no inciso I do artigo 27 da Lei Complementar 4977, de 22/04/2010:

Art. 27: Nas contratações públicas de bens, serviços e obras da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, objetivando:

- I- Ampliação da eficiência das políticas públicas;**
- II- O incentivo à inovação tecnológica;**
- III- A promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal.**

- 4.8.2 - Diante dos potenciais riscos expostos, basta a previsibilidade do prejuízo, não se exigindo certeza sobre a sua real dimensão, que somente seria passível de apuração ao final da licitação, ou seja, quando o dano já estivesse consumado e pudesse ser avaliado em toda a sua extensão. A não reserva, portanto, é medida de proteção ao erário e ao interesse público;
- 4.8.3 - Além disso, o que se observa é que a eficiência das políticas públicas não está sendo ampliada. Ao contrário, ocorre um grande número de fracassos nas licitações da mesma natureza que aplicam todos os dispositivos legais da Lei 4977/2010, e estabelecem caráter diferenciado e favorecido para microempresas e empresas de pequeno porte, sobretudo no que se refere aos lotes exclusivos, conforme disposto no Artigo 32 da referida lei. Com isso há um desabastecimento e um comprometimento da política pública de Assistência Farmacêutica, que tem como base o acesso seguro e racional de insumos e medicamentos;
- 4.8.4 - Destarte, na presente licitação não desampara as ME/EPP, contemplando o critério de desempate ficto, oportunizando equilíbrio na disputa com as demais empresas: “Nas licitações do tipo menor preço, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte” (art. 31 Lei 4977/2010) ficando-lhes assim assegurada a competitividade e ampla participação nos processos.
- 4.9 - Nos termos do art. 40, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto mostra-se viável técnica e economicamente na medida em que é composto de itens de natureza divisível, dado que cada item possui aplicação individual, sendo que tanto aquisição quanto a utilização independem dos demais. Além do mais, em razão da possibilidade de serem fornecidos por empresas distintas e, desse modo, ampliando-se a competição e evitando-se a concentração de mercado, existe alta possibilidade de redução dos preços ofertados, conforme comumente se observa em certames desta natureza.
- 4.10 - Ainda, por tratar-se de contratação de bens e serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, não será exigida a prestação de qualquer modalidade de garantia para a execução contratual, entendendo-se que a fiscalização contratual já se revela suficiente para garantir o cumprimento das obrigações assumidas em conformidade com o estabelecido nas especificações do Termo de Referência, edital e contrato, podendo utilizar-se de meios sancionatórios caso haja descumprimento, sendo, portanto, dispensada a garantia da execução.
- 4.11 - O presente Termo de Referência está em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis e ao considerar ainda o interesse e conveniência do Município. Por fim, as medidas aqui previstas se encontram fundamentadas principalmente nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da motivação, da competitividade, da celeridade e da economicidade.



## **5 - DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 5.1 - O contrato será executado na Diretoria de Assistência Farmacêutica e Insumos, durante o prazo já estabelecido.
- 5.2 - O início da execução contratual se dará após assinatura do contrato, quando serão emitidas as ordens de fornecimento, de forma parcelada, de acordo com a demanda da contratante.
- 5.3 - O prazo máximo de entrega dos produtos será de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento.
- 5.4 - Caso não seja possível a entrega total ou parcial no período de 10 dias úteis, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência do fim do prazo, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.5 - Os produtos deverão ser entregues em dias úteis, no horário de 08:00 às 15:00 horas, na Central de Abastecimento Farmacêutico e Insumos - CAFI, situada na Avenida Fausto Ribeiro da Silva, nº 693, Bairro Bandeirinhas, Betim/MG, CEP.: 32.654-805, Quadra 14, Lote 10, Galpão D. Telef.: (31) 3594-3634.
- 5.6 - As entregas deverão ocorrer, preferencialmente em, no máximo, 5 (cinco) números de lotes de produção, como forma de agilizar o recebimento, manter uma segregação adequada de lotes e manutenção da rastreabilidade.
- 5.7 - O prazo de Validade Mínimo dos produtos deverá ser de 12 meses e não poderá ser entregue com uma validade inferior a 80% da vida útil. A contratada deverá fornecê-lo observando o critério de qualidade e em perfeitas condições de uso, respeitando todas as normas vigentes de comercialização, acondicionamento e transporte dos mesmos.
- 5.8 - Na impossibilidade de fornecer o produto que atenda os prazos mínimos anteriormente citados, o fornecedor, desde que previamente autorizado pelo contratante, poderá atender ao pedido com validade menor que a estabelecida mediante apresentação de carta de comprometimento de troca do produto em caso de seu vencimento.
- 5.9 - O fornecedor está sujeito à fiscalização dos produtos no ato da entrega e posteriormente, reservando-se a esta Prefeitura Municipal, através do responsável, o direito de não receber os produtos, caso os mesmos não se encontrem em condições satisfatórias.
- 5.10 - Na execução do contrato, deverão ser observados todos os requisitos da contratação, acima descritos.

## **6 - DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 6.1 - As partes contratuais deverão observar fielmente o pacto firmado, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial nos termos da lei e do instrumento contratual.
- 6.2 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.3 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



6.4 - A execução do objeto da contratação será acompanhada e fiscalizada pelos seguintes servidores da Diretoria de Assistência Farmacêutica e Insumos deste Município.

#### 6.4.1- Gestor

Nome: Arielle Alves Braga
Cargo: Gerente da Seção Estratégica de Programação e Aquisição
Matrícula: 0207877-5
E-mail: insumoscafi@gmail.com

#### 6.4.2- Fiscal

Nome: Denise Pedrosa de Resende
Cargo: Diretora da Assistência Farmacêutica e Insumos
Matrícula: 0205134-6
E-mail: denisepedrosagerenciadecompras@gmail.com

## 7 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

### 7.1 - São obrigações do Contratante:

- 7.1.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o termo de referência, Edital (se for o caso), contrato e seus Anexos;
- 7.1.2 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, edital (se for o caso), contrato e seus anexos;
- 7.1.3 - Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 7.1.4 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada conforme Decreto Municipal nº 44.825/2023, o qual dispõe sobre rotinas administrativas aplicáveis à gestão e fiscalização de contratos no âmbito da Administração Municipal;
- 7.1.5 - Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 7.1.6 - Efetuar o pagamento a Contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência;
- 7.1.7 - Aplicar a Contratada as sanções previstas na lei, edital (se for o caso), contrato e seus anexos;
- 7.1.8 - Cientificar o órgão de representação judicial do Município de Betim/MG para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;
- 7.1.9 - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;



- 7.1.10 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **8 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

### 8.1 - São obrigações da Contratada:

- 8.1.1 - Fornecer os produtos embalados na quantidade solicitada, entregando-os em local, dia e horário determinados pelo Órgão competente do contratante;
- 8.1.2 - Garantir adequadas as condições de conservação dos materiais entregues, abrangendo inclusive resistência das embalagens, data de validade, temperaturas exigidas, presença de sujidade, material estranho e insetos. O armazenamento e o transporte dos materiais deverão atender às especificações técnicas (temperatura, calor, umidade, luz) determinadas pela ANVISA;
- 8.1.3 - Na falta do produto cotado pela CONTRATADA, a mesma fica obrigada a entregar outro similar, ainda que de preço superior, sem qualquer ônus adicional para a contratante, desde que aprovado pelo setor competente da SMS;
- 8.1.4 - Substituir, reparar ou repor os produtos, que apresentem vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao fim a que se destinam, ou lhes diminuam o valor, assim como aqueles que estiverem em disparidade com as indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, sujeitando-se à lei Federal nº 8.078 de 11/09/90, em especial os artigos de 12 a 20, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, prazo este contado a partir da solicitação da substituição;
- 8.1.5 - Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento do bem a si adjudicado, inclusive fretes, transportes e seguros desde a origem até sua entrega no local de destino;
- 8.1.6 - Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, convenientes ou prepostos envolvidos na execução do contrato;
- 8.1.7 - No momento do desembarque dos produtos os responsáveis da CONTRATADA deverão sempre depositá-lo, cuidadosamente, no local designado, dispondo os mesmos conforme orientação do servidor designado pelo Contratante;
- 8.1.8 - Assumir todas as despesas e encargos de qualquer natureza com o pessoal necessário ao atendimento do objeto do presente instrumento, inclusive assumindo a responsabilidade pelo atendimento de encargos de natureza trabalhista, previdenciária, tributária, comercial e, inclusive, de acidente de trabalho relativo à mão de obra utilizada;
- 8.1.9 - Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE e logo, comunicá-la, dentro do prazo previsto;
- 8.1.10 - Responsabilizar-se civil e criminalmente por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar à CONTRATANTE ou terceiros, tendo como agente a CONTRATADA, na pessoa de prepostos ou estranhos;



- 8.1.11 - Responsabilizar-se pelos encargos do cumprimento das obrigações supramencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os tributos, taxas, impostos, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham incidir sobre o objeto deste termo, bem como apresentar os respectivos comprovantes, sempre que solicitados pela contratante;
- 8.1.12 - Responsabilizarem-se por danos, extravios ou prejuízos causados por seus empregados em equipamentos ou nas dependências da Prefeitura Municipal de Betim;
- 8.1.13 - Emitir as notas fiscais com o mesmo número de CNPJ informado na proposta comercial;
- 8.1.14 - Cumprir o prazo de entrega estabelecido na Ordem de Fornecimento;
- 8.1.15 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior;
- 8.1.16 - Manter, durante a execução contratual, todas as condições de habilitação exigidas, inclusive a atualização dos documentos, junto ao setor responsável pelo contrato.

## **9 - DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### 9.1 - Do recebimento do objeto:

- 9.1.1 - Os itens entregues deverão ser acompanhados da Nota Fiscal, que deverá conter, além dos itens obrigatórios pela legislação vigente, o número da Ordem de Fornecimento e o número da Nota de Empenho correspondentes, além de informações como: marca, nome do fabricante, número do lote, data de validade e a quantidade correspondente a cada lote;
- 9.1.2 - As informações sobre os lotes e validades deverão constar na nota fiscal (NFE) e precisam convergir com o material entregue. Caso existam divergências, o responsável pela fiscalização do Contrato irá formalizar junto ao fornecedor a necessidade da Carta de Correção de informações, visto que é através das informações da nota fiscal que são tratados possíveis desvios de qualidade, notificações no VIGIHOSP e/ou alertas de tecnovigilância e farmacovigilância;
- 9.1.3 - Para entrega de lotes com validades inferiores as previstas no edital e/ou contrato, o responsável pela fiscalização do Contrato poderá formalizar junto ao fornecedor a necessidade da Carta de Compromisso de Troca de material em caso de perda futura por validade vencida, caso venha a aceitar o material;
- 9.1.4 - Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, juntamente com a nota fiscal e a nota de empenho, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta comercial e no Contrato;
- 9.1.5 - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta. Com base no objeto e suas necessidades e no recebimento e conferência, o prazo para SUBSTITUIÇÃO deverá ocorrer conforme disposto no item 8.1.4 deste termo de referência;



- 9.1.6 - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 7 (sete) dias, a contar do recebimento da Nota Fiscal, após a verificação da qualidade e quantidade dos bens e consequente aceitação mediante recibo aposto na Nota Fiscal respectiva;
- 9.1.7 - O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do produto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da sua utilização;
- 9.2 - Prazo de pagamento:
- 9.2.1 - O Município efetuará os pagamentos à licitante vencedora em até 30 (trinta) dias a contar do primeiro dia útil subsequente ao da data de apresentação de nota fiscal/nota fiscal fatura dos produtos/equipamentos entregues, atestada pelo Órgão responsável pelo recebimento do produto da respectiva nota, ou no primeiro dia útil subsequente, se o vencimento ocorrer em dia em que não houver expediente na Prefeitura Municipal de Betim, exclusivamente por meio de depósito bancário na conta da empresa;
- 9.2.2 - A licitante vencedora deverá indicar nas suas respectivas notas fiscais: o nome do Banco, o número da Agência, o número da Conta Corrente que deverá ser correspondente ao CNPJ constante no Contrato ou Termo Aditivo, responsabilizando-se por erros cometidos nas informações;
- 9.2.3 - A empresa deverá fazer constar em sua Nota Fiscal o produto efetivamente fornecido, que será verificada e atestada por servidor designado. Para faturamento da Nota Fiscal, a descrição do item deverá obedecer à que consta do contrato, sendo a descrição completa.
- 9.2.4 - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 9.2.4.1 - O prazo de validade;
- 9.2.4.2 - A data da emissão;
- 9.2.4.3 - Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 9.2.4.4 - O período respectivo de execução do contrato;
- 9.2.4.5 - O valor a pagar; e
- 9.2.4.6 - Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 9.2.5 - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

## **10 - DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 10.1 - O fornecedor será selecionado mediante procedimento de LICITAÇÃO pública, na modalidade PREGÃO, sob a forma eletrônica, com adoção de critério de julgamento pelo



menor preço por item e **habilitação no certame de acordo com os documentos dispostos nos itens 6.19, 6.20, 6.21 e 6.22, do Edital.**

### **11 - DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos da dotação orçamentária própria, prevista no orçamento de 2024, na seguinte dotação: 09.01.10.122.0050.218101.339030-16000913.

### **12 - DA PREVISÃO DO OBJETO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES**

12.1 - A presente contratação não se encontra prevista no Plano de Contratações Anual deste exercício em razão de sua superveniência.

### **13 - UNIDADE RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA**

13.1 - Este Termo de Referência foi elaborado pela Seção Estratégica de Programação e Aquisição, da Diretoria de Assistência Farmacêutica do Município de Betim/MG, por meio dos seus seguintes servidores:

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA	LOTAÇÃO
Francinely Cristina de Oliveira	Farmacêutica	0209595-5	DAFI
Arielle Alves Braga	Gerente da Seção Estratégica de Programação e Aquisição	0207877-5	DAFI

Betim, 25 de março de 2024.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável  
Nº de Matrícula

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável  
Nº de Matrícula

**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

Ao  
Sr. Pregoeiro

Gerência de Licitação da Prefeitura Municipal de Betim  
Endereço: Rua Pará de Minas, nº 640, Bairro Brasília, CEP.: 32.600-412, Betim/MG  
Ref.: Pregão Eletrônico nº 05/2024, Registro de Preços nº 02/2024

Prezado(a) Senhor(a),

\_\_\_\_\_ (NOME DA EMPRESA), CNPJ/MF n.º \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_ (ENDEREÇO COMPLETO), tendo examinado o Edital, vem apresentar a presente proposta para a entrega do objeto, em conformidade com o Edital mencionado, conforme planilha e condições abaixo, já inclusos todos os custos diretos e indiretos, lucros e encargos, impostos taxas e demais custos incidentes.

(Especificar o OBJETO conforme planilha constante do **ANEXO I - Termo de Referência**, contendo quantitativos, especificação do produto, valores e local de entrega).

Os **materiais hospitalares de suporte ventilatório** deverão ser entregues em dias úteis, no horário de **08h às 15h**, na Central de Abastecimento Farmacêutico e Insumos - CAFI, com sede na Avenida Fausto Ribeiro da Silva, nº 693, Bairro Bandeirinhas, Betim/MG, CEP.: 32.654-805, Quadra 14, Lote 10, Galpão D. Telef.: (31) 3594-3634.

LOTES /ITENS	COD.	ESPECIFICAÇÃO	UNID	MARCA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	746193035	ASPIRADOR DE SECREÇÃO PARA REDE DE VÁCUO COM VACUÔMETRO E FRASCO DE POLICARBONATO DE 400 A 500 ML ESTERILIZÁVEL, COM SISTEMA DE PROTEÇÃO TIPO BOIA CONTRA EXCESSO DE LÍQUIDOS, COM CERTIFICADO DE REGISTRO NA ANVISA.	UNIDA		200		
2	822593035	CATETER NASAL INFANTIL TIPO ÓCULOS, EM PVC SILICONADO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL ANATÔMICO, MACIO, ATÓXICO, FLEXÍVEL, COM CONECTOR UNIVERSAL DE FÁCIL ADAPTAÇÃO, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL. UNIDADE.	UNIDA		3.000		
3	309093035	CATETER NASAL, PARA OXIGENOTERAPIA, NEONATAL, DESCARTÁVEL, TIPO ÓCULOS, EM POLIVINIL ATÓXICO OU SILICONE, EXTENSÃO LATERAL REGULÁVEL, MACIO, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ESTÉRIL, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, QUE FACILITE A IDENTIFICAÇÃO IMEDIATA E A MANIPULAÇÃO ASSÉPTICA DO PRODUTO, COM DATA DE VALIDADE, REGISTRO DE MINISTÉRIO DA SAÚDE, RESPONSÁVEL TÉCNICO E LOTE. UNIDADE.	UNIDA		2.000		
4	356243035	CATETER NASAL, PARA OXIGENOTERAPIA, DESCARTÁVEL, TIPO ÓCULOS, EM POLIVINIL ATÓXICO, COM DISPOSITIVO PARA ADAPTAÇÃO NA NARINA DO PACIENTE EM SILICONE, EXTENSÃO LATERAL REGULÁVEL, MACIO, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ESTÉRIL, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, QUE FACILITE A IDENTIFICAÇÃO IMEDIATA E A MANIPULAÇÃO ASSÉPTICA DO PRODUTO, COM DATA DE VALIDADE, REGISTRO DE MINISTÉRIO DA SAÚDE, RESPONSÁVEL E LOTE. UNIDADE.	UNIDA		25.000		



5	838373035	CIRCUITO PACIENTE ADULTO COMPLETO, DE SILICONE TRANSPARENTE, SEM EMENDAS, REUTILIZÁVEIS E ESTERILIZÁVEL EM SOLUÇÃO QUÍMICA, GÁS E AUTO-CLAVE, PARA RESPIRADORES. COM TUBO TRAQUEIA CORRUGADAS EXTERNAMENTE, PAREDE INTERNA LISA, SENDO: 01 TUBO DE LINHA PROXIMAL (SILICONE) 01 TRAQUEIA F 22,0 X 400 MM (SILICONE) 04 TRAQUEIAS F 22,0 X 800MM (SILICONE) (COM VARIAÇÃO DE +/- 200MM) OBS.: COMPRIMENTOS APROXIMADOS 01 CONECTOR Y EM POLISULFONA 01 COTOVELO 90° EM POLISULFONA 02 COLETORES DE ÁGUA (DRENO) EM POLISULFONA, COM MOLA DE AÇO EM ESPIRAL PARA TRAVAR A PASSAGEM DE ÁGUA PARA A RETIRADA DE ÁGUA ACUMULADA NO RESERVATÓRIO; APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	UNIDA		80		
6	838383035	CIRCUITO PACIENTE NEONATAL/INFANTIL COMPLETO, DE SILICONE TRANSPARENTE, SEM EMENDAS, REUTILIZÁVEIS E ESTERILIZÁVEL EM SOLUÇÃO QUÍMICA, GÁS E AUTO-CLAVE, PARA RESPIRADORES. COM TUBO TRAQUEIA CORRUGADAS EXTERNAMENTE, PAREDE INTERNA LISA, SENDO: 01 TUBO DE LINHA PROXIMAL (SILICONE) 01 TRAQUEIA F 15,0 X 400 MM (SILICONE) 04 TRAQUEIAS F 15,0 X 800 MM (SILICONE) (COM VARIAÇÃO DE +/- 200MM) OBS.: COMPRIMENTOS APROXIMADOS 01 CONECTOR Y EM POLISULFONA 01 COTOVELO 90° EM POLISULFONA 02 COLETORES DE ÁGUA (DRENO) EM POLISULFONA, COM MOLA DE AÇO EM ESPIRAL PARA TRAVAR A PASSAGEM DE ÁGUA PARA A RETIRADA DE ÁGUA ACUMULADA NO RESERVATÓRIO; APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	UNIDA		30		
7	937343035	COLETOR DE SECREÇÃO, DESCARTÁVEL NÃO ESTÉRIL, PARA USO EM ASPIRAÇÃO DE VIAS AÉREAS, COMPOSTO POR FRASCO PLÁSTICO RÍGIDO COM CAPACIDADE DE 3500 ML, COM VÁLVULA DE SEGURANÇA E ANTI-REFLUXO (AR), VÁLVULA DE SEGURANÇA E 2 EXTENSÕES DE PVC. EMBALAGEM INDIVIDUAL, TRAZENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, Nº LOTE, RESPONSÁVEL TÉCNICO, REGISTRO MINISTÉRIO DA SAÚDE. VALIDADE DO MATERIAL NA ENTREGA SUPERIOR 1 ANO.	UNIDA		4.000		
8	937323035	COLETOR DE SECREÇÃO DESCARTÁVEL NÃO ESTÉRIL, PARA USO EM ASPIRAÇÃO DE VIAS AÉREAS, COMPOSTO POR FRASCO PLÁSTICO RÍGIDO COM CAPACIDADE DE 2000ML, COM VÁLVULA DE SEGURANÇA E ANTI-REFLUXO (AR), VÁLVULA DE SEGURANÇA E 2 EXTENSÕES DE PVC. EMBALAGEM INDIVIDUAL, TRAZENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, Nº LOTE, RESPONSÁVEL TÉCNICO, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. VALIDADE DO MATERIAL NA ENTREGA SUPERIOR 1 ANO.	UNIDA		6.000		
9	735493035	COLETOR DE SECREÇÃO, DESCARTÁVEL NÃO ESTÉRIL, PARA USO EM ASPIRAÇÃO DE VIAS AÉREAS, COMPOSTO POR FRASCO PLÁSTICO	UNIDA		1.200		



		RÍGIDO COM CAPACIDADE DE 250 ML, COM VÁLVULA DE SEGURANÇA E ANTI-REFLUXO (AR), VÁLVULA DE SEGURANÇA E 2 EXTENSÕES DE PVC. ESTÉRIL, APIROGÊNICO. EMBALAGEM INDIVIDUAL, TRAZENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA ESTERILIZAÇÃO, VENCIMENTO, Nº LOTE, REGISTRO MINISTÉRIO DA SAÚDE. VALIDADE DO MATERIAL NA ENTREGA SUPERIOR 1 ANO.				
10	932543035	COLETOR DE SECREÇÃO, DESCARTÁVEL NÃO ESTÉRIL, PARA USO EM ASPIRAÇÃO DE VIAS AÉREAS, COMPOSTO POR FRASCO PLÁSTICO RÍGIDO COM CAPACIDADE DE 1.000 ML, COM VÁLVULA DE SEGURANÇA E ANTI-REFLUXO (AR), VÁLVULA DE SEGURANÇA E 2 EXTENSÕES DE PVC. ESTÉRIL, APIROGÊNICO. EMBALAGEM INDIVIDUAL, TRAZENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA ESTERILIZAÇÃO, VENCIMENTO, Nº LOTE, REGISTRO MINISTÉRIO DA SAÚDE. VALIDADE DO MATERIAL NA ENTREGA SUPERIOR 1 ANO.	UNIDA		5.000	
11	937303035	COLETOR DE SECREÇÃO, DESCARTÁVEL NÃO ESTÉRIL, PARA USO EM ASPIRAÇÃO DE VIAS AÉREAS, COMPOSTO POR FRASCO PLÁSTICO RÍGIDO COM CAPACIDADE DE 500 ML, COM VÁLVULA DE SEGURANÇA E ANTI-REFLUXO (AR), VÁLVULA DE SEGURANÇA E 2 EXTENSÕES DE PVC. EMBALAGEM INDIVIDUAL, TRAZENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, Nº LOTE, RESPONSÁVEL TÉCNICO, REGISTRO MINISTÉRIO DA SAÚDE. VALIDADE DO MATERIAL NA ENTREGA SUPERIOR 1 ANO.	UNIDA		5.000	
12	746323035	CONECTOR Y PARA TRAQUEIA, COM FURO E TAMPÃO EM SILICONE, EM POLICARBONATO, AUTOCLAVÁVEL PARA USO EM CIRCUITO RESPIRATÓRIO INFANTIL, COMPATÍVEL COM CIRCUITO PARA RESPIRADOR INTER 3.	UNIDA		100	
13	293603035	ESPAÇADOR PARA AEROSSOLTERAPIA EM VENTILAÇÃO MECÂNICA, TAMANHO ADULTO. ADAPTADOR COLOCADO ENTRE O TETO E O CIRCUITO DO RESPIRADOR PARA AEROSSOLTERAPIA. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. UNIDADE.	UNIDA		200	
14	293613035	ESPAÇADOR PARA AEROSSOLTERAPIA EM VENTILAÇÃO MECÂNICA, TAMANHO INFANTIL. ADAPTADOR COLOCADO ENTRE O TETO E O CIRCUITO DO RESPIRADOR PARA AEROSSOLTERAPIA. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. UNIDADE.	UNIDA		100	
15	839093035	FILTRO ELETROSTÁTICO COM TRAQUEIA EXTENSÍVEL COM TAMPA, BACTERIANO/VIRAL BIDIRECIONAL, COM PERMUTADOR DE CALOR E UMIDADE PASSIVO (FILTRO/HME HIGROSCÓPICO/ HIDROFÓBICO) PARA CIRCUITOS RESPIRATÓRIOS, COM ESPAÇO MORTO MENOR OU IGUAL A 50 ML, E BAIXA RESISTÊNCIA AO FLUXO DE AR (MENOR OU IGUAL A 2CM H2O/L/S COM FLUXO DE 60L/MIN). DISPOSITIVO DOTADO DE LIGAÇÃO LUER TAMPA LUER E PORTA PARA MONITORIZAÇÃO DE CO2. INDICADO PARA PACIENTES ADULTOS, RECOMENDADO PARA VOLUME CORRENTE ACIMA DE 150 ML, CAPACIDADE DE UMIDIFICAÇÃO - 30 MGH20/L, EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO VIRAL/BACTERIANA 99,99%. EMBALADO	UNIDA		10.000	



		INDIVIDUALMENTE EM PAPEL ATÓXICO E APIROGENICO. EMBALAGEM QUE PERMITA ABERTURA ASSÉPTICA E BARREIRA MICROBIANA NA QUAL CONSTEM IMPRESSOS OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, CÓDIGO, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 06 MESES.				
16	839113035	FILTRO ELETROSTÁTICO COM TRAQUEIA EXTENSÍVEL COM TAMPA, BACTERIANO/VIRAL BIDIRECIONAL, COM PERMUTADOR DE CALOR E UMIDADE PASSIVO (FILTRO/HMEF HIGROSCÓPICO/ HIDROFÓBICO) PARA CIRCUITOS RESPIRATÓRIOS, COM ESPAÇO MORTO MENOR OU IGUAL A 50 ML, E BAIXA RESISTÊNCIA AO FLUXO DE AR (MENOR OU IGUAL A 2 CMH <sub>2</sub> O/L/S COM FLUXO DE 60L/MIN). DISPOSITIVO DOTADO DE LIGAÇÃO LUER TAMPA LUER E PORTA PARA MONITORIZAÇÃO DE CO <sub>2</sub> . INDICADO PARA PACIENTES PEDIÁTRICOS, RECOMENDADO PARA VOLUME CORRENTE ACIMA DE 30 ML, CAPACIDADE DE UMIDIFICAÇÃO - 30 MG H <sub>2</sub> O/L, EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO VIRAL/BACTERIANA 99,99%. EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL ATÓXICO E APIROGÊNICO. EMBALAGEM QUE PERMITA ABERTURA ASSÉPTICA E BARREIRA MICROBIANA NA QUAL CONSTEM IMPRESSOS OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, CÓDIGO, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 6 MESES.	UNIDA		1.000	
17	855233035	FIO GUIA "BOUGIE" ADULTO: GUIA PARA INTUBAÇÃO TRAQUEAL SUPERFÍCIE ANTIADERENTE MARCA VISUAL INDICATIVA EM SEU PONTO DE DEFLEXÃO REFERENCIAS DE POSIÇÃO BEM DEMARCADAS SEGMENTOS DISTAIS ANGULADO PONTA MACIÇA E ARREDONDADA COM EXTREMIDADES ATRAUMÁTICAS HASTE COM ESCALA GRADUADA ISENTO DE LÁTEX. COMPRIMENTO 70CM ESPESSURA = 5,0MM (15FR) PARA USO EM TUBOS TRAQUEAIS ENTRE 5,5MM A 10,0MM.UNIDADE.	UNIDA		500	
18	855243035	FIO GUIA "BOUGIE" INFANTIL/INTERMEDIÁRIO: GUIA PARA INTUBAÇÃO TRAQUEAL SUPERFÍCIE ANTIADERENTE MARCA VISUAL INDICATIVA EM SEU PONTO DE DEFLEXÃO REFERENCIAS DE POSIÇÃO BEM DEMARCADAS SEGMENTOS DISTAIS ANGULADO PONTA MACIÇA E ARREDONDADA COM EXTREMIDADES ATRAUMÁTICAS HASTE COM ESCALA GRADUADA ISENTO DE LÁTEX. COMPRIMENTO 70CM, ESPESSURA = 3,3MM (10F) PARA USO EM TUBOS TRAQUEAIS ENTRE 4,0MM A 7,0MM. UNIDADE.	UNIDA		200	
19	855253035	FIO GUIA "BOUGIE" NEONATAL: GUIA PARA INTUBAÇÃO TRAQUEAL NEONATAL SEMIRRÍGIDO SEM LUMEN TIPO BOUGIE 5 FR HASTE DE APROXIMADAMENTE 47 CM COM ESCALA GRADUADA PARA REFERÊNCIA DE POSICIONAMENTO EXTREMIDADES DISTAL E PROXIMAL RETA PONTA ATRAUMÁTICA DESCARTÁVEL PARA USO EM TUBO TRAQUEAL COM DIÂMETRO INTERNO A PARTIR DE 2,5 MM. UNIDADE.	UNIDA		50	
20	409513035	FIO GUIA PARA AUXILIAR O PROCEDIMENTO DE INTUBAÇÃO ENDOTRAQUEAL EM ADULTO, CONFECIONADO EM MATERIAL FLEXÍVEL, DE	UNIDA		100	



		FÁCIL LIMPEZA E DESINFECÇÃO, COM PONTA ROMBA ATRAUMÁTICA, DOTADO DE DISPOSITIVO DE FIXAÇÃO EM MATERIAL PLÁSTICO COM BOTÃO REGULÁVEL DE ALTURA.					
21	409523035	FIO GUIA PARA AUXILIAR O PROCEDIMENTO DE INTUBAÇÃO ENDOTRAQUEAL EM INFANTIL, CONFECCIONADO EM MATERIAL FLEXÍVEL, DE FÁCIL LIMPEZA E DESINFECÇÃO, COM PONTA ROMBA ATRAUMÁTICA, DOTADO DE DISPOSITIVO DE FIXAÇÃO EM MATERIAL PLÁSTICO COM BOTÃO REGULÁVEL DE ALTURA.	UNIDA		50		
22	735383035	FIXADOR CEFÁLICO ADULTO, EM SILICONE, PARA FIXAÇÃO DE MÁSCARAS DE VENTILAÇÃO NÃO INVASIVA UTILIZADAS EM VENTILADOR PULMONAR MECÂNICO MICROPROCESSADO, COM AJUSTE NAS EXTREMIDADES E PERFURAÇÕES PARA REGULAGEM DO FIXADOR JUNTO À CABEÇA E MÁSCARA, LIVRE DE LÁTEX.	UNIDA		100		
23	735393035	FIXADOR CEFÁLICO PEDIÁTRICO, EM SILICONE, PARA FIXAÇÃO DE MÁSCARAS DE VENTILAÇÃO PULMONAR MECÂNICO MICROPROCESSADO, COM AJUSTE NAS EXTREMIDADES E PERFURAÇÕES PARA REGULAGEM DO FIXADOR JUNTO À CABEÇA E MÁSCARA, LIVRE DE LÁTEX.	UNIDA		20		
24	242253035	FLUXÔMETRO PARA AR COMPRIMIDO NA COR AMARELA CANALIZADO E/OU CILINDRO, RESISTENTE E ANTIOXIDANTE, VISOR COMPOSTO DE DUAS PEÇAS RESISTENTES E INQUEBRÁVEIS, A INTERNA COM ESCALA GRADUADA DE 0 A 15 L/MIN EXPANDIDA NA FAIXA DE 0 A 5 L/MIN E UMA CAPA EXTERNA DE PROTEÇÃO, FLUTUADOR ESFÉRICO DE AÇO INOXIDÁVEL, COM ROSCA DE SAÍDA COM DISPOSITIVO PARA ADAPTAÇÃO DE TUBOS DE EXTENSÃO. UN.	UNIDA		30		
25	196923035	FLUXÔMETRO PARA OXIGÊNIO, NA COR VERDE, CORPO DE METAL CROMADO, BILHA EXTERNA E INTERNA EM POLICARBONATO, ESCALA DE 0 A 15 LITROS POR MINUTO, ESFERA INOX, BOTÃO DE CONTROLE DE FLUXO FIXADO COM PARAFUSO HALEN PERMITINDO FÁCIL MANUTENÇÃO, SISTEMA DE VEDAÇÃO TIPO AGULHA EVITANDO VAZAMENTO E ROSCA DE SAÍDA CONFORME PADRÃO ABNT. EMBALADO CONFORME PRAXES DO FABRICANTE, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE PROCEDÊNCIA E IDENTIFICAÇÃO. UNIDADE.	UNIDA		200		
26	932453035	FRASCO COLETOR DE SECREÇÕES - TIPO: DESCARTÁVEL; APLICAÇÃO: USO EM BRONCOSCOPIA E ENDOSCOPIA; CAPACIDADE: DE A TE 120 ML; MATÉRIA PRIMA: PVC CRISTAL, RÍGIDO.	UNIDA		2.500		
27	838403035	FRASCO COLETOR DE SECREÇÃO PARA VACUÔMETRO COM CAPACIDADE DE RESERVATÓRIO APROXIMADO PARA 3 A 3,5 LT, CONFECCIONADO EM MATERIAL RESISTENTE A QUEDA E IMPACTOS, AUTOCLAVÁVEL. TRANSLÚCIDO, GRADUADO, BOCAL LARGO. TAMPA DE PROTEÇÃO COM SISTEMA BOIA, PERFEITA VEDAÇÃO, DOTADA DE 02 CONECTORES PARA ENCAIXE DOS TUBOS DE ASPIRAÇÃO. UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE.	UNIDA		200		



28	1044513035	FRASCO COLETOR DE SECREÇÃO COM CAPACIDADE DE 500 ML PARA VACUÔMETRO (ASPIRADOR) DE REDE PRODUZIDO EM VIDRO OU PLÁSTICO RESISTENTE. ESPECIFICAÇÃO: BOCAL ROSQUEÁVEL COM 04 CM DE DIÂMETRO, FRASCO GRADUADO A CADA 100 ML, SEM TAMPA. INSUMO PARA AUXILIAR EM DIVERSOS PROCEDIMENTOS HOSPITALARES ATRAVÉS DA CONEXÃO DE UM SISTEMA A VÁCUO. UNIDADE DE AQUISIÇÃO: UNIDADE.	UNIDA		200		
29	1022453035	KIT BALÃO DE ANESTESIA - REINALAÇÃO - COM QUATRO UNIDADES, NOS TAMANHOS - 500 ML, 1 LITRO, 2 LITROS E 3 LITROS. BALÃO DE REINALAÇÃO PARA ANESTESIA E BARAKA COM DESIGN ANATÔMICO, LIVRE DE LÁTEX, FÁCIL MANUSEIO E QUE PERMITA O CONTROLE DO GÁS FORNECIDO AO PACIENTE DURANTE A ANESTESIA E PARA VENTILAÇÃO MANUAL CONTROLADA. O KIT DEVE CONTER 04 UNIDADES NOS VOLUMES DE 500 ML, 1LT, 2LTS E 3 LT.	UNIDA		200		
30	908703035	KIT LARINGOSCÓPIO CONVENCIONAL COMPLETO COM 06 LÂMINAS CURVAS TAMANHOS: 0,1,2,3,4, 5 E RETAS NOS TAMANHOS: 00,0,1,2,3,4, SENDO TODAS COM LÂMPADAS DE ALTA LUMINOSIDADE, CABO INFANTIL E ADULTO EM INOX, RECARTILHADO, RESISTENTE E A PROVA DE FERRUGEM, ALIMENTAÇÃO POR PILHAS ALCALINAS, ESTERILIZÁVEL EM OXIDO DE ETILENO OU AUTOCLAVE A VAPOR. REGISTRO NA ANVISA.	UNIDA		20		
31	841493035	KIT PARA CPAP NASAL INFANTIL Nº0 COMPLETO PARA ADMINISTRAÇÃO DE FLUXO CONTINUO DE AR ATRAVÉS DE VENTILAÇÃO MECÂNICA NÃO INVASIVA. CÂNULA OU PRONGA NÚMERO 0 PARA CRIANÇAS DE 700G A 1000G, EM SILICONE MOLDÁVEL, MACIO, FLEXÍVEL, ISENTO DE LÁTEX, COM PONTAS ANATÔMICAS PARA MELHOR AJUSTE A PELE DO NEONATO. DUAS TRAQUEIAS DE 120CM, UMA TRAQUEIA DE 40 CM PARA UMIDIFICADOR AQUECIDO, PROTETOR DE SEPTO, 2 CUBOS DE ESPUMA PARA POSICIONAMENTO DAS TRAQUEIAS, CONEXÕES UNIVERSAIS. LINHA DE MONITORIZAÇÃO DE PRESSÃO DE 120CM PARA DADOS. UM CONECTOR EM COTOVELO PARA TRAQUEIA DO RAMO INSPIRATÓRIO E UM CONECTOR EM COTOVELO PARA O RAMO EXPIRATÓRIO COM SAÍDA PARA ENCAIXE DA LINHA DE MONITORIZAÇÃO DE PRESSÃO. TOUCA DE ALGODÃO MACIO COM ALÇAS PARA FIXAÇÃO DAS TRAQUEIAS. DESCARTÁVEL. UNIDADE.	UNIDA		10		
32	841503035	KIT PARA CPAP NASAL INFANTIL Nº1 COMPLETO PARA ADMINISTRAÇÃO DE FLUXO CONTINUO DE AR ATRAVÉS DE VENTILAÇÃO MECÂNICA NÃO INVASIVA. CÂNULA OU PRONGA NÚMERO 1 PARA CRIANÇAS DE 1000G A 1250G, EM SILICONE MOLDÁVEL, MACIO, FLEXÍVEL, ISENTO DE LÁTEX, COM PONTAS ANATÔMICAS PARA MELHOR AJUSTE A PELE DO NEONATO. DUAS TRAQUEIAS DE 120CM, UMA TRAQUEIA DE 40 CM PARA UMIDIFICADOR AQUECIDO, PROTETOR DE SEPTO, 2 CUBOS DE ESPUMA PARA POSICIONAMENTO DAS TRAQUEIAS,	UNIDA		30		



		CONEXÕES UNIVERSAIS. LINHA DE MONITORIZAÇÃO DE PRESSÃO DE 120CM PARA DADOS. UM CONECTOR EM COTOVELO PARA TRAQUEIA DO RAMO INSPIRATÓRIO E UM CONECTOR EM COTOVELO PARA O RAMO EXPIRATÓRIO COM SAÍDA PARA ENCAIXE DA LINHA DE MONITORIZAÇÃO DE PRESSÃO. TOUCA DE ALGODÃO MACIO COM ALÇAS PARA FIXAÇÃO DAS TRAQUEIAS. DESCARTÁVEL. UNIDADE.				
33	841513035	KIT PARA CPAP NASAL INFANTIL Nº2 COMPLETO PARA ADMINISTRAÇÃO DE FLUXO CONTINUO DE AR ATRAVÉS DE VENTILAÇÃO MECÂNICA NÃO INVASIVA. CÂNULA OU PRONGA NÚMERO 2 PARA CRIANÇAS DE 1250G A 2000G, EM SILICONE MOLDÁVEL, MACIO, FLEXÍVEL, ISENTO DE LÁTEX, COM PONTAS ANATÔMICAS PARA MELHOR AJUSTE A PELE DO NEONATO. DUAS TRAQUEIAS DE 120CM, UMA TRAQUEIA DE 40 CM PARA UMIDIFICADOR AQUECIDO, PROTETOR DE SEPTO, 2 CUBOS DE ESPUMA PARA POSICIONAMENTO DAS TRAQUEIAS, CONEXÕES UNIVERSAIS. LINHA DE MONITORIZAÇÃO DE PRESSÃO DE 120CM PARA DADOS. UM CONECTOR EM COTOVELO PARA TRAQUEIA DO RAMO INSPIRATÓRIO E UM CONECTOR EM COTOVELO PARA O RAMO EXPIRATÓRIO COM SAÍDA PARA ENCAIXE DA LINHA DE MONITORIZAÇÃO DE PRESSÃO. TOUCA DE ALGODÃO MACIO COM ALÇAS PARA FIXAÇÃO DAS TRAQUEIAS. DESCARTÁVEL. UNIDADE.	UNIDA		30	
34	841523035	KIT PARA CPAP NASAL INFANTIL Nº3 COMPLETO PARA ADMINISTRAÇÃO DE FLUXO CONTINUO DE AR ATRAVÉS DE VENTILAÇÃO MECÂNICA NÃO INVASIVA. CÂNULA OU PRONGA NÚMERO 3 PARA CRIANÇAS DE 2000G A 3000G, EM SILICONE MOLDÁVEL, MACIO, FLEXÍVEL, ISENTO DE LÁTEX, COM PONTAS ANATÔMICAS PARA MELHOR AJUSTE A PELE DO NEONATO. DUAS TRAQUEIAS DE 120CM, UMA TRAQUEIA DE 40 CM PARA UMIDIFICADOR AQUECIDO, PROTETOR DE SEPTO, 2 CUBOS DE ESPUMA PARA POSICIONAMENTO DAS TRAQUEIAS, CONEXÕES UNIVERSAIS. LINHA DE MONITORIZAÇÃO DE PRESSÃO DE 120CM PARA DADOS. UM CONECTOR EM COTOVELO PARA TRAQUEIA DO RAMO INSPIRATÓRIO E UM CONECTOR EM COTOVELO PARA O RAMO EXPIRATÓRIO COM SAÍDA PARA ENCAIXE DA LINHA DE MONITORIZAÇÃO DE PRESSÃO. TOUCA DE ALGODÃO MACIO COM ALÇAS PARA FIXAÇÃO DAS TRAQUEIAS. DESCARTÁVEL. UNIDADE.	UNIDA		30	
35	841533035	KIT PARA CPAP NASAL INFANTIL Nº4 COMPLETO PARA ADMINISTRAÇÃO DE FLUXO CONTINUO DE AR ATRAVÉS DE VENTILAÇÃO MECÂNICA NÃO INVASIVA. CÂNULA OU PRONGA NÚMERO 4 PARA CRIANÇAS ACIMA DE 3000G, EM SILICONE MOLDÁVEL, MACIO, FLEXÍVEL, ISENTO DE LÁTEX, COM PONTAS ANATÔMICAS PARA MELHOR AJUSTE A PELE DO NEONATO. DUAS TRAQUEIAS DE 120CM, UMA TRAQUEIA DE 40 CM PARA UMIDIFICADOR AQUECIDO, PROTETOR DE SEPTO, 2 CUBOS DE ESPUMA PARA POSICIONAMENTO DAS TRAQUEIAS,	UNIDA		30	



		CONEXÕES UNIVERSAIS. LINHA DE MONITORIZAÇÃO DE PRESSÃO DE 120CM PARA DADOS. UM CONECTOR EM COTOVELO PARA TRAQUEIA DO RAMO INSPIRATÓRIO E UM CONECTOR EM COTOVELO PARA O RAMO EXPIRATÓRIO COM SAÍDA PARA ENCAIXE DA LINHA DE MONITORIZAÇÃO DE PRESSÃO. TOUCA DE ALGODÃO MACIO COM ALÇAS PARA FIXAÇÃO DAS TRAQUEIAS. DESCARTÁVEL. UNIDADE.				
36	841543035	KIT PARA CPAP NASAL INFANTIL Nº5 COMPLETO PARA ADMINISTRAÇÃO DE FLUXO CONTINUO DE AR ATRAVÉS DE VENTILAÇÃO MECÂNICA NÃO INVASIVA. CÂNULA OU PRONGA NÚMERO 5 PARA CRIANÇAS DE 1 A 2 ANOS, EM SILICONE MOLDÁVEL, MACIO, FLEXÍVEL, ISENTO DE LÁTEX, COM PONTAS ANATÔMICAS PARA MELHOR AJUSTE A PELE DO NEONATO. DUAS TRAQUEIAS DE 120CM, UMA TRAQUEIA DE 40 CM PARA UMIDIFICADOR AQUECIDO, PROTETOR DE SEPTO, 2 CUBOS DE ESPUMA PARA POSICIONAMENTO DAS TRAQUEIAS, CONEXÕES UNIVERSAIS. LINHA DE MONITORIZAÇÃO DE PRESSÃO DE 120CM PARA DADOS. UM CONECTOR EM COTOVELO PARA TRAQUEIA DO RAMO INSPIRATÓRIO E UM CONECTOR EM COTOVELO PARA O RAMO EXPIRATÓRIO COM SAÍDA PARA ENCAIXE DA LINHA DE MONITORIZAÇÃO DE PRESSÃO. TOUCA DE ALGODÃO MACIO COM ALÇAS PARA FIXAÇÃO DAS TRAQUEIAS. DESCARTÁVEL. UNIDADE.	UNIDA		30	
37	281913035	MACRONEBULIZADOR PARA OXIGENOTERAPIA ADAPTÁVEL EM REDE DE OXIGÊNIO. CONJUNTO COMPLETO PARA INALAÇÃO. ACOMPANHA TAMPA ROSQUEÁVEL A NA COR VERDE, COM CONEXÃO DE ENTRADA PARA FLUXÔMETRO DE OXIGÊNIO, CONEXÃO DE SAÍDA PARA TRAQUEIA DE SILICONE OU PVC, ROSCA DE ADAPTAÇÃO PARA COPO GRADUADO E KIT INJETOR PARA UMIDIFICAÇÃO DO OXIGÊNIO, COPO EM POLICARBONATO TRANSPARENTE RESISTENTE, GRADUADO COM CAPACIDADE DE 500ML. HASTES E CONEXÕES FABRICADAS EM NYLON COM FIBRAS; TUBO INTERNO EM SILICONE; TRAQUEIA CORRUGADA NA PARTE EXTERNA E LISA NA PARTE INTERNA, ATÓXICA EM SILICONE. MÁSCARA FACIAL TIPO TENDA SILICONADA.	UNIDA		100	
38	841383035	MACRONEBULIZADOR PARA AR COMPRIMIDO ADAPTÁVEL EM AR COMPRIMIDO. CONJUNTO COMPLETO PARA INALAÇÃO. ACOMPANHA TAMPA ROSQUEÁVEL NA COR AMARELA, COM CONEXÃO DE ENTRADA PARA FLUXÔMETRO DE AR COMPRIMIDO, CONEXÃO DE SAÍDA PARA TRAQUEIA DE SILICONE OU PVC, ROSCA DE ADAPTAÇÃO PARA COPO GRADUADO E KIT INJETOR PARA UMIDIFICAÇÃO DE AR COMPRIMIDO, COPO EM POLICARBONATO TRANSPARENTE RESISTENTE, GRADUADO E TRANSPARENTE 500ML. HASTES E CONEXÕES FABRICADAS EM NYLON COM FIBRAS; TUBO INTERNO EM SILICONE; TRAQUEIA CORRUGADA NA PARTE EXTERNA E LISA NA PARTE INTERNA, ATÓXICA EM SILICONE. MÁSCARA FACIAL TIPO TENDA SILICONADA.	UNIDA		40	



39	376863035	MÁSCARA DE OXIGÊNIO DE ALTA CONCENTRAÇÃO ALONGADA COM RESERVATÓRIO DO TIPO "BAG" PARA USO ADULTO, COM FITA ELÁSTICA PARA FIXAÇÃO NA FACE. COM FAIXA METÁLICA NA ALTURA DO NARIZ PARA ASSEGURAR MAIOR FIXAÇÃO. DEVE SER CONFECCIONADA EM MATERIAL MACIO E TRANSPARENTE, PREFERENCIALMENTE VINIL OU SILICONE, REUTILIZÁVEL, COM TUBO DE OXIGÊNIO DE NO MÍNIMO 2 M DE COMPRIMENTO. COM VÁLVULA UNIDIRECIONAL COM CONEXÃO PERFEITA COM A MÁSCARA E O RESERVATÓRIO, DE FÁCIL MANUSEIO E SEM ESCAPE.	UNIDA		200		
40	376853035	MÁSCARA DE OXIGÊNIO DE ALTA CONCENTRAÇÃO ALONGADA COM RESERVATÓRIO DO TIPO "BAG" PARA USO PEDIÁTRICO, COM FITA ELÁSTICA PARA FIXAÇÃO NA FACE. COM FAIXA METÁLICA NA ALTURA DO NARIZ PARA ASSEGURAR MAIOR FIXAÇÃO. DEVE SER CONFECCIONADA EM MATERIAL MACIO E TRANSPARENTE, PREFERENCIALMENTE VINIL OU SILICONE, REUTILIZÁVEL, COM TUBO DE OXIGÊNIO DE NO MÍNIMO 2 M DE COMPRIMENTO. COM VÁLVULA UNIDIRECIONAL COM CONEXÃO PERFEITA COM A MÁSCARA E O RESERVATÓRIO, DE FÁCIL MANUSEIO E SEM ESCAPE.	UNIDA		100		
41	356203035	MÁSCARA DE SILICONE PARA REANIMAÇÃO INFANTIL, COM BORDAS AÇOLHOADAS, PARA ADAPTAÇÃO ANATÔMICA, N.2. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE INDETERMINADO, E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. UNIDADE.	UNIDA		20		
42	735353035	MÁSCARA FACIAL FORMATO ANATÔMICO, CONSTITUÍDA DE CÚPULA ALTA EM ACRÍLICO TRANSPARENTE COM COXIM INFLÁVEL QUE PERMITE SELAGEM HERMÉTICA POR BAIXA PRESSÃO E MOLDAGEM PERFEITA À FACE DO PACIENTE. DEVERÁ CONTER VÁLVULA DE INSUFLAÇÃO DO COXIM. DEVERÁ VIR ACOMPANHADO DE ANÉIS RETENTORES PARA FIXAÇÃO REMOVÍVEIS. PARA USO EM VENTILADOR PULMONAR MECÂNICO MICROPROCESSADO. MÁSCARA ADULTO - GRANDE - NÚMERO 5.	UNIDA		30		
43	735343035	MÁSCARA FACIAL FORMATO ANATÔMICO, CONSTITUÍDA DE CÚPULA ALTA EM ACRÍLICO TRANSPARENTE COM COXIM INFLÁVEL QUE PERMITE SELAGEM HERMÉTICA POR BAIXA PRESSÃO E MOLDAGEM PERFEITA À FACE DO PACIENTE. DEVERÁ CONTER VÁLVULA DE INSUFLAÇÃO DO COXIM. DEVERÁ VIR ACOMPANHADO DE ANÉIS RETENTORES PARA FIXAÇÃO REMOVÍVEIS. PARA USO EM VENTILADOR PULMONAR MECÂNICO MICROPROCESSADO. MÁSCARA ADULTO - MÉDIO - NÚMERO 4.	UNIDA		30		
44	735323035	MÁSCARA FACIAL FORMATO ANATÔMICO, CONSTITUÍDA DE CÚPULA ALTA EM ACRÍLICO TRANSPARENTE COM COXIM INFLÁVEL QUE PERMITE SELAGEM HERMÉTICA POR BAIXA PRESSÃO E MOLDAGEM PERFEITA À FACE DO PACIENTE. DEVERÁ CONTER VÁLVULA DE INSUFLAÇÃO DO COXIM. DEVERÁ VIR	UNIDA		30		



		ACOMPANHADO DE ANÉIS RETENTORES PARA FIXAÇÃO REMOVÍVEIS. PARA USO EM VENTILADOR PULMONAR MECÂNICO MICROPROCESSADO. MÁSCARAS ADULTAS - PEQUENO - NÚMERO 3.				
45	735363035	MÁSCARA FACIAL FORMATO ANATÔMICO, CONSTITUÍDA DE CÚPULA ALTA EM ACRÍLICO TRANSPARENTE COM COXIM INFLÁVEL QUE PERMITE SELAGEM HERMÉTICA POR BAIXA PRESSÃO E MOLDAGEM PERFEITA À FACE DO PACIENTE DEVERÁ CONTER VÁLVULAS DE INSUFLAÇÃO DO COXIM. DEVERÁ VIR ACOMPANHADO DE ANÉIS RETENTORES PARA FIXAÇÃO REMOVÍVEIS. PARA USO EM VENTILADOR PULMONAR MECÂNICO MICROPROCESSADO. MÁSCARA PEDIÁTRICA - NÚMERO 2.	UNIDA		20	
46	828933035	MÁSCARA FACIAL TOTAL NÃO VENTILADA, SEM PORTA DE EXALAÇÃO, COM TECNOLOGIA DE VEDAÇÃO ABRANGENDO TODA FACE DO PACIENTE, PROPORCIONANDO SUAVIDADE E MENOS PONTOS DE PRESSÃO, PARA USO EM MODO NÃO INVASIVO EM VENTILADORES QUE POSSUEM ALARMES E SISTEMA DE SEGURANÇA ADEQUADOS PARA FALHA DE VENTILAÇÃO. COM ENTRADA PARA OXIGÊNIO. TAMANHO GRANDE. DEVE ACOMPANHAR FIXADOR CEFÁLICO. UNIDADE.	UNIDA		10	
47	828873035	MÁSCARA FACIAL TOTAL NÃO VENTILADA, SEM PORTA DE EXALAÇÃO, COM TECNOLOGIA DE VEDAÇÃO ABRANGENDO TODA FACE DO PACIENTE, PROPORCIONANDO SUAVIDADE E MENOS PONTOS DE PRESSÃO, PARA USO EM MODO NÃO INVASIVO EM VENTILADORES QUE POSSUEM ALARMES E SISTEMA DE SEGURANÇA ADEQUADOS PARA FALHA DE VENTILAÇÃO. COM ENTRADA PARA OXIGÊNIO. TAMANHO PEQUENO. DEVE ACOMPANHAR FIXADOR CEFÁLICO. UNIDADE.	UNIDA		10	
48	828943035	MÁSCARA FACIAL TOTAL NÃO VENTILADA, SEM PORTA DE EXALAÇÃO, COM TECNOLOGIA DE VEDAÇÃO ABRANGENDO TODA FACE DO PACIENTE, PROPORCIONANDO SUAVIDADE E MENOS PONTOS DE PRESSÃO, PARA USO EM MODO NÃO INVASIVO EM VENTILADORES QUE POSSUEM ALARMES E SISTEMA DE SEGURANÇA ADEQUADOS PARA FALHA DE VENTILAÇÃO. COM ENTRADA PARA OXIGÊNIO. TAMANHO EXTRA GRANDE. DEVE ACOMPANHAR FIXADOR CEFÁLICO. UNIDADE.	UNIDA		10	
49	843143035	MÁSCARA FACIAL TOTAL VENTILADA, COM PORTA DE EXALAÇÃO, COM TECNOLOGIA DE VEDAÇÃO ABRANGENDO TODA FACE DO PACIENTE, PROPORCIONANDO SUAVIDADE E MENOS PONTOS DE PRESSÃO, PARA USO EM MODO NÃO INVASIVO EM VENTILADORES QUE POSSUEM ALARMES E SISTEMA DE SEGURANÇA ADEQUADOS PARA FALHA DE VENTILAÇÃO. COM ENTRADA PARA OXIGÊNIO. DEVE ACOMPANHAR FIXADOR CEFÁLICO. TAMANHO EXTRA GRANDE. UNIDADE.	UNIDA		10	
50	843133035	MÁSCARA FACIAL TOTAL VENTILADA, COM PORTA DE EXALAÇÃO, COM TECNOLOGIA DE VEDAÇÃO ABRANGENDO TODA FACE DO PACIENTE, PROPORCIONANDO SUAVIDADE E MENOS PONTOS DE PRESSÃO, PARA USO EM MODO NÃO INVASIVO EM VENTILADORES QUE POSSUEM ALARMES E SISTEMA DE	UNIDA		10	



		SEGURANÇA ADEQUADOS PARA FALHA DE VENTILAÇÃO. COM ENTRADA PARA OXIGÊNIO. DEVE ACOMPANHAR FIXADOR CEFÁLICO. TAMANHO GRANDE. UNIDADE.					
51	843123035	MÁSCARA FACIAL TOTAL VENTILADA, COM PORTA DE EXALAÇÃO, COM TECNOLOGIA DE VEDAÇÃO ABRANGENDO TODA FACE DO PACIENTE, PROPORCIONANDO SUAVIDADE E MENOS PONTOS DE PRESSÃO, PARA USO EM MODO NÃO INVASIVO EM VENTILADORES QUE POSSUEM ALARMES E SISTEMA DE SEGURANÇA ADEQUADOS PARA FALHA DE VENTILAÇÃO. COM ENTRADA PARA OXIGÊNIO. DEVE ACOMPANHAR FIXADOR CEFÁLICO. TAMANHO PEQUENO. UNIDADE.	UNIDA		10		
52	746403035	MÁSCARA FACIAL INFANTIL Nº0 PARA RECÉM-NASCIDO, REDONDA, ANATÔMICA, DE SILICONE, USADA EM VENTILAÇÃO E REANIMAÇÃO, AUTOCLAVÁVEL E COM CERTIFICADO DA ANVISA.	UNIDA		20		
53	746413035	MÁSCARA FACIAL INFANTIL Nº1 PARA RECÉM-NASCIDO, REDONDA, ANATÔMICA, DE SILICONE, USADA EM VENTILAÇÃO E REANIMAÇÃO, AUTOCLAVÁVEL E COM CERTIFICADO DA ANVISA.	UNIDA		20		
54	746423035	MÁSCARA FACIAL INFANTIL Nº2 PARA RECÉM-NASCIDO, REDONDA, ANATÔMICA, DE SILICONE, USADA EM VENTILAÇÃO E REANIMAÇÃO AUTOCLAVÁVEL E COM CERTIFICADO DE REGISTRO NA ANVISA.	UNIDA		20		
55	378373035	MÁSCARA PARA ANESTESIA TAMANHO ADULTO EM PVC COM COXIM INSUFLÁVEL SILICONADO, CONEXÃO UNIVERSAL. REGISTRO NA ANVISA.	UNIDA		30		
56	378383035	MÁSCARA PARA ANESTESIA TOTALMENTE EM BORRACHA, TAMANHO INFANTIL, COM COXIM INFLÁVEL. UNIDADE.	UNIDA		15		
57	292983035	REANIMADOR VENTILATÓRIO MANUAL, TIPO AMBU, ADULTO, EM SILICONE TRANSPARENTE, REUTILIZÁVEL E ESTERILIZÁVEL EM SOLUÇÃO QUÍMICA, GÁS E AUTO-CLAVE, DE FÁCIL MONTAGEM, DESMONTAGEM E MANUSEIO. BOLSA COM CAPACIDADE PARA ATÉ 1600ML. COM VÁLVULA DE SEGURANÇA, UNIDIRECIONAL DE POLISULFONA, BICO DE PATO, CONEXÃO PERFEITA COM BOLSA E COM A MÁSCARA, DE FÁCIL MANUSEIO SEM QUALQUER ESCAPE, PROVIDO DE LIMITADOR DE PRESSÃO E POSSIBILIDADE DE ADAPTAÇÃO A QUALQUER VÁLVULA PEEP. 03 BOLSAS RESERVATÓRIAS DE OXIGÊNIO, COM CAPACIDADE DE 2500ML. 01 MÁSCARA FACIAL EM SILICONE TRANSPARENTE PARA VISUALIZAÇÃO DO NARIZ E BOCA DO PACIENTE, BOCAL ACOLCHOADO E ANATÔMICO. COM CERTIFICADO DE REGISTRO NA ANVISA.	UNIDA		100		
58	293053035	REANIMADOR VENTILATÓRIO MANUAL, TIPO AMBÚ, INFANTIL, EM SILICONE TRANSPARENTE, REUTILIZÁVEL E ESTERILIZÁVEL EM SOLUÇÃO QUÍMICA, GÁS E AUTO-CLAVE, DE FÁCIL MONTAGEM, DESMONTAGEM E MANUSEIO. BOLSA COM CAPACIDADE PARA ATÉ 500ML. COM VÁLVULA DE SEGURANÇA, UNIDIRECIONAL DE POLISULFONA AUTOCLAVÁVEL, BICO DE PATO, CONEXÃO PERFEITA COM BOLSA E COM A MÁSCARA, DE FÁCIL MANUSEIO SEM	UNIDA		50		



		QUALQUER ESCAPE, PROVIDO DE LIMITADOR DE PRESSÃO E POSSIBILIDADE DE ADAPTAÇÃO A QUALQUER VÁLVULA PEEP. 03 BOLSAS RESERVATÓRIAS DE OXIGÊNIO, COM CAPACIDADE DE 1000ML. 01 MÁSCARA FACIAL EM SILICONE TRANSPARENTE PARA VISUALIZAÇÃO DO NARIZ E BOCA DO PACIENTE, BOCAL ACOLCHOADO E ANATÔMICO. COM CERTIFICADO DE REGISTRO NA ANVISA.				
59	293063035	REANIMADOR VENTILATÓRIO MANUAL, TIPO AMBU, NEONATAL, EM SILICONE TRANSPARENTE, REUTILIZÁVEL E ESTERILIZÁVEL EM SOLUÇÃO QUÍMICA, GÁS E AUTO-CLAVE, DE FÁCIL MONTAGEM, DESMONTAGEM E MANUSEIO. BOLSA COM CAPACIDADE PARA ATÉ 250ML. COM VÁLVULA DE SEGURANÇA, UNIDIRECIONAL DE POLISULFONA AUTOCLAVÁVEL, BICO DE PATO, CONEXÃO PERFEITA COM BOLSA E COM A MÁSCARA, DE FÁCIL MANUSEIO SEM QUALQUER ESCAPE, PROVIDO DE LIMITADOR DE PRESSÃO E POSSIBILIDADE DE ADAPTAÇÃO A QUALQUER VÁLVULA PEEP. 03 BOLSAS RESERVATÓRIAS DE OXIGÊNIO, COM CAPACIDADE DE 1000ML. 01 MÁSCARA FACIAL EM SILICONE TRANSPARENTE PARA VISUALIZAÇÃO DO NARIZ E BOCA DO PACIENTE, BOCAL ACOLCHOADO E ANATÔMICO. COM CERTIFICADO DE REGISTRO NA ANVISA.	UNIDA		20	
60	364223035	RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR TIPO PEÇA SEMI FACIAL. RESPIRADOR PURIFICADO, TIPO PEÇA SEMI FACIAL, CONFECCIONADO EM ELASTÔMERO PRETO, COM BORDAS VIRADAS. RESPIRADOR DOTADO DE SUPORTE COM ROSCA E UMA VÁLVULA DE INALAÇÃO, LOCALIZADA NA PARTE INTERNA. SISTEMA PARA COLOCAÇÃO DE UM FILTRO MECÂNICO OU FILTRO QUÍMICO. DEVERÁ SER ACOMPANHADO DE FILTRO COMBINADO, VAPORES ORGÂNICOS E GASES ÁCIDOS. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A) DO MTE, IMPRESSO NO MATERIAL JUNTAMENTE COM O NOME DO FABRICANTE. UNIDADE.	UNIDA		20	
61	386793035	SISTEMA DE ANESTESIA BARAKA, ADULTO. 01 BALÃO DE BORRACHA PARA INALAÇÃO, COM CAPACIDADE PARA 3,0 LT. 02 CONECTORES 22,0(EXTERNO)X22,0(INTERNO)MM. 01 MÁSCARA EM SILICONE, TAMANHO ADULTO. 01 VÁLVULA UNIDIRECIONAL. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. UNIDADE.	UNIDA		80	
62	386783035	SISTEMA DE ANESTESIA BARAKA, INFANTIL. 01 BALÃO DE BORRACHA PARA INALAÇÃO, COM CAPACIDADE PARA 500ML. 02 CONECTORES 15,0(EXTERNO)X22,0(INTERNO)MM. 01 MÁSCARA EM SILICONE, TAMANHO NEONATAL. 01 TRAQUEIA DE SILICONE CORRUGADA EXTERNAMENTE, PAREDE INTERNA LISA (15,0X300MM). 01 COTOVELO 90°, 22X15MM. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. UNIDADE.	UNIDA		30	
63	735453035	SISTEMA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL FECHADO DE USO POR 72 HORAS, COMPOSTO POR SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEIA, GRADUADA, VÁLVULA ERGONÔMICA COM TRAVA E TAMPA, EM POLIPROPILENO,	UNIDA		100	



		POLIETILENO, PVC E SILICONE, ATÓXICO, FLEXÍVEL, TRANSPARENTE MEDINDO NO MÍNIMO 29 CM COMPRIMENTO, CALIBRE 06, COM ORIFÍCIOS LATERAIS E DISTAL, PONTA ARREDONDADA, LUVA EM PLÁSTICO NO CORPO DA Sonda, ADAPTADOR COM CONEXÃO EM "T" OU COTOVELO, COM CÂMARA FECHADA PARA ISOLAR A Sonda. DOIS SELOS DE PEEP, COM CÂMARA DE LIMPEZA INTERNA DA Sonda COM VÁLVULA ERGONÔMICA NA EXTREMIDADE DISTAL PARA CONTROLE DO VÁCUO COM TRAVA E TAMPa, CONECTOR DE VÁCUO NA PARTE DISTAL COM TAMPa PROTETORA ESTÉRIL, EMBALADO EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSÉPTICA, E VALIDAÇÃO DO FABRICANTE PARA USO ESTENDIDO, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO ATUAL VIGENTE.				
64	735463035	SISTEMA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL FECHADO DE USO POR 72 HORAS, COMPOSTO POR Sonda DE ASPIRAÇÃO TRAQUEIA, GRADUADA, VÁLVULA ERGONÔMICA COM TRAVA E TAMPa, EM POLIPROPILENO, POLIETILENO, PVC E SILICONE, ATÓXICO, FLEXÍVEL, TRANSPARENTE MEDINDO NO MÍNIMO 29 CM COMPRIMENTO, CALIBRE 08, COM ORIFÍCIOS LATERAIS E DISTAL, PONTA ARREDONDADA, LUVA EM PLÁSTICO NO CORPO DA Sonda, ADAPTADOR COM CONEXÃO EM "T" OU COTOVELO, COM CÂMARA FECHADA PARA ISOLAR A Sonda. DOIS SELOS DE PEEP, COM CÂMARA DE LIMPEZA INTERNA DA Sonda COM VÁLVULA ERGONÔMICA NA EXTREMIDADE DISTAL PARA CONTROLE DO VÁCUO COM TRAVA E TAMPa, CONECTOR DE VÁCUO NA PARTE DISTAL COM TAMPa PROTETORA ESTÉRIL, EMBALADO EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSÉPTICA, E VALIDAÇÃO DO FABRICANTE PARA USO ESTENDIDO, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO ATUAL VIGENTE.	UNIDA		200	
65	735483035	SISTEMA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL FECHADO DE USO POR 72 HORAS, COMPOSTO POR Sonda DE ASPIRAÇÃO TRAQUEIA, GRADUADA, VÁLVULA ERGONÔMICA COM TRAVA E TAMPa, EM POLIPROPILENO, POLIETILENO, PVC E SILICONE, ATÓXICO, FLEXÍVEL, TRANSPARENTE MEDINDO NO MÍNIMO 54 CM COMPRIMENTO, CALIBRE 10, COM ORIFÍCIOS LATERAIS E DISTAL, PONTA ARREDONDADA, LUVA EM PLÁSTICO NO CORPO DA Sonda, ADAPTADOR COM CONEXÃO EM "T" OU COTOVELO, COM CÂMARA FECHADA PARA ISOLAR A Sonda. DOIS SELOS DE PEEP, COM CÂMARA DE LIMPEZA INTERNA DA Sonda COM VÁLVULA ERGONÔMICA NA EXTREMIDADE DISTAL PARA CONTROLE DO VÁCUO COM TRAVA E TAMPa, CONECTOR DE VÁCUO NA PARTE DISTAL COM TAMPa PROTETORA ESTÉRIL, EMBALADO EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSÉPTICA, E VALIDAÇÃO DO FABRICANTE PARA USO ESTENDIDO, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER À LEGISLAÇÃO ATUAL	UNIDA		200	



		VIGENTE.					
66	841393035	TOMADA TRIPLA PARA OXIGÊNIO ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: - CORPO DE NYLON INJETADO; - NIPLE DE LATÃO CROMADO COM SISTEMA DE VÁLVULA DE FECHAMENTO AUTOMÁTICO; - PORCA BORBOLETA COM A COR VERDE; APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	UNIDA		50		
67	838393035	TOMADA TRIPLA PARA OXIGÊNIO ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: - CORPO DE NYLON INJETADO; - NIPLE DE LATÃO CROMADO COM SISTEMA DE VÁLVULA DE FECHAMENTO AUTOMÁTICO; - PORCA BORBOLETA COM A COR VERDE; APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	UNIDA		50		
68	378393035	TRAQUEIA/CATETER MOUNT. TUBO PARA ALIVIO DO PESO DO CIRCUITO DO RESPIRADOR NA TRAQUEOSTOMIA, COMPOSTO DE TRAQUEIA FLEXÍVEL, CORRUGADA, REGULÁVEL, COM CONEXÃO QUE PERMITA A ASPIRAÇÃO TRAQUEAL E BRONCOSCOPIA SEM DESCONECTA-LO DO RESPIRADOR, LAVÁVEL E PASSÍVEL DE DESINFECÇÃO.	UNIDA		30		
69	105487303 5	TUBO EXTENSOR PARA SUÇÃO CIRÚRGICA OU OXIGENOTERAPIA; DE APROXIMADAMENTE 02 A 2,5 METROS DE COMPRIMENTO; CALIBRE 204, EM PVC ATÓXICO; TRANSPARENTE; CONECTOR EM PVC FLEXÍVEL NAS DUAS EXTREMIDADES; ESTÉRIL, ADAPTÁVEL AO ASPIRADOR CIRÚRGICO E SONDAS; DESCARTÁVEL; EMBALADO INDIVIDUALMENTE. UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE.	METRO		40.000		
70	838413035	VACUÔMETRO PARA REDE CANALIZADA DE VÁCUO. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS; - COM FRASCO COLETOR DE VIDRO, CAP. 500 ML, DOTADO DE SISTEMA DE PROTEÇÃO TIPO BOIA CONTRA EXCESSO DE LÍQUIDO. UNIDADE.	UNIDA		20		
71	293223035	VÁLVULA REGULADORA DE PRESSÃO DE REDE DE AR COMPRIMIDO, COM MANÔMETRO. COM REGULAGEM DE REDUÇÃO DA PRESSÃO. PRESSÃO DE ENTRADA (ATÉ 8 KGF/CM2). PRESSÃO DE SAÍDA AJUSTÁVEL. MANÔMETRO. DIAFRAGMA DE BORRACHA COM POSSIBILIDADE DE REPARO. CORPO EM LATÃO FORJADO CROMADO. CONEXÕES DE ENTRADA E SAÍDA DE ACORDO COM PADRÃO ABNT. GARANTIA MÍNIMA DE 06 MESES. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. UNIDADE.	UNIDA		20		
72	398813035	VÁLVULA REGULADORA DE PRESSÃO PARA CILINDRO DE AR COMPRIMIDO MEDICINAL, COM VÁLVULA DE FECHAMENTO AUTOMÁTICO SEM FLUXÔMETRO COM MANÔMETRO DE ALTA PRESSÃO ESCALA DE 0 A 300 DOTADA DE VÁLVULA DE SEGURANÇA E FILTRO CORPO EM LATÃO FORJADO CROMADO. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. UNIDADE.	UNIDA		20		
73	842073035	VÁLVULA REGULADORA DE PRESSÃO, DE REDE DE OXIGÊNIO, COM MANÔMETRO. COM REGULAGEM DE REDUÇÃO DA PRESSÃO. PRESSÃO DE ENTRADA (ATÉ 8 KGF/CM2). PRESSÃO DE SAÍDA AJUSTÁVEL. MANÔMETRO. DIAFRAGMA DE BORRACHA COM POSSIBILIDADE DE REPARO. CORPO EM	UNIDA		20		



		LATÃO FORJADO CROMADO. CONEXÕES DE ENTRADA E SAÍDA DE ACORDO COM PADRÃO ABNT. GARANTIA MÍNIMA DE 06 MESES. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. UNIDADE.					
--	--	---	--	--	--	--	--

**Obs.:**

**1- Indicar marca, nome do fabricante, procedência (se importado indicar País de origem).**

**2- Indicar número de registro de cada produto no Órgão competente, quando for o caso.**

**VALOR TOTAL/GLOBAL DA PROPOSTA: R\$...... (.....)** Comprometemo-nos a fornecer o produto(s) nas especificações, no prazo e condições previstos no Edital. Esta proposta tem validade de **120 (cento e vinte) dias**, a contar de sua apresentação.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do responsável legal, que comprove mediante cópia do Contrato Social ou Procuração Pública ou Particular, poderes para tal investidura.

**ANEXO III - DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME O MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO****DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, representante legal da licitante \_\_\_\_\_ (NOME EMPRESARIAL), interessado em participar do pregão nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da Lei, especialmente o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) A proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outra licitante ou interessada, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) A intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outra licitante ou interessada, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) A licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outra licitante ou interessada, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) O conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outra licitante ou interessada, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- e) O conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f) O representante legal da licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013, tais como:

- I – Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II – Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
- III – Comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.
- IV – No tocante a licitações e contratos:
  - a) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;



- b) Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos Respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(NOME/ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL)

**PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS Nº FMS0023/2024****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024****REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2024****ANEXO IV - MINUTA DA ATA**

Aos ..... dias do mês de ..... de 2024, pelo presente instrumento, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BETIM**, inscrito no CNPJ nº 13.064.113/0001-00, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Rua Pará de Minas, nº 640, Bairro Brasiléia, Betim, por sua representante legal, a Secretária Municipal de Saúde, **SRA. JAQUELINE FLAVIANA DE SANTANA**, e presente a **SUBPROCURADORA DO MUNICÍPIO, SRA. RAISSA VENEROSO INÁCIO DE JESUS**, Órgão Gerenciador do Município de Betim/MG e o representante legal do **FORNECEDOR**, e a empresa ....., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º ...../.....-....., com sede na ....., através do seu/sua representante legal, Sr.(a) ....., (nacionalidade, estado civil e profissão) portador(a) da Cédula de Identidade R.G. n.º ...../..... e do CPF n.º .....-....., residente e domiciliado(a) ....., CEP ....., neste ato denominada **PROMITENTE FORNECEDORA**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO**, mediante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

- 1.1 - A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual **aquisição de material hospitalar de suporte ventilatório** para atender às necessidades do Fundo Municipal de Saúde/Secretaria Municipal de Saúde, do município de Betim, de acordo com o Edital e seus Anexos.
- 1.2 - Os preços da **PROMITENTE FORNECEDORA**, relacionados no **ANEXO I** constantes deste Termo de Compromisso de Fornecimento ficam declarados registrados para fins de cumprimento deste instrumento e do(s) Contrato(s) que venha(m) a ser firmado(s) entre a **PROMITENTE FORNECEDORA** e o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**.
- 1.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública Municipal a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultado a utilização de outras licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.
- 1.4 - Fica a **PROMITENTE FORNECEDORA** obrigado a aceitar, quando solicitado pela Administração, nas mesmas condições e dentro do prazo contratual estabelecido, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras de até **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado da contratação, e as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, na forma do **art. 124 da Lei Federal 14.133/2021**.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 2.1 - As despesas relativas ao pagamento correrão à conta dos recursos previstos no orçamento para o corrente exercício e correspondente nos exercícios subsequentes, do Fundo Municipal de Saúde/Secretaria Municipal de Saúde de Betim a qual será discriminada no Empenho ou documento equivalente:



- a) **09.01.10.122.0050.2181.339030.1600913** – OPERACIONALIZAÇÃO DO ALMOXARIFADO CENTRAL DE MATERIAIS-FMS, no valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), sendo R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) para o presente exercício e R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) para o exercício seguinte, na dotação equivalente.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 3.1- O valor do presente Termo de Compromisso de Fornecimento é o valor ofertado pela **PROMITENTE FORNECEDORA** para os itens constantes da **ATA** de preços em epígrafe, que é parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, perfazendo o valor total e R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), fixo e irrevogável, incluso todos os custos e despesas decorrentes de transporte, seguros, tributos, contribuições fiscais, parafiscais, emolumentos e custos de qualquer natureza.
- 3.2 - O pagamento será realizado pela unidade compradora, no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados do recebimento definitivo dos serviços e mediante a apresentação dos documentos fiscais legalmente exigíveis e devidamente atestados pelo Servidor/Comissão de Recebimento.
- 3.3- Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da **PROMITENTE FORNECEDORA** o decurso do prazo de pagamentos será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.
- 3.4 - O faturamento correspondente ao objeto contratado deverá ser apresentado pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, através de Nota Fiscal, em duas vias, com os requisitos da lei vigente, dentro dos prazos estabelecidos na sua proposta, após assinatura do contrato ou por outros instrumentos hábeis, nas formas previstas no **art. 95 da Lei Federal 14.133/2021** e recebimento Nota de Empenho.
- 3.5 - A prestação, por parte da **PROMITENTE FORNECEDORA**, para uma determinada unidade, não poderá estar vinculada a débitos de outras unidades, porventura existentes, sob pena de sanções previstas em lei.

### CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE

- 4.1- Este Termo de Compromisso de Fornecimento tem validade de **1 (um) ano**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. **84, caput da Lei Federal 14.133/2021**, permanecendo em vigor os preços registrados no **Pregão Eletrônico nº 05/2024, Registro de Preços nº 02/2024**.

### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA PROMITENTE FORNECEDORA E DO CONTRATANTE

- 5.1 - Cumprir, integralmente, sob pena de cancelamento do presente Termo de Compromisso de Fornecimento todas as cláusulas constantes dos contratos porventura firmados.
- 5.2 - Cumprir o presente Termo de Compromisso de Fornecimento nos termos aqui dispostos, sem prejuízo da cobrança da multa correspondente ao período total do atraso, respeitado o disposto na cláusula quarta, bem como na legislação vigente.
- 5.3 - Fornecer o(s) item(s) no prazo e local indicados na **Cláusula Décima Sexta**, descrito(s) e especificado(s) na sua proposta, em perfeitas e absolutas condições de uso, inclusive quanto à sua qualidade e prazos de validade mediante conferência obrigatória da **CONTRATANTE**.



- 5.4 - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 5.5 - Deverá garantir a qualidade do produto objeto do Contrato, quer seja de sua fabricação, ou venha de terceiros com etiqueta do fabricante, obrigando-se a prestar o serviço isento de qualquer problema de fabricação, com a garantia de que compreenderão a substituição, parcial ou total, às suas expensas, inclusive transporte e outras despesas.
- 5.6 - Responder por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralisações no fornecimento, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, e desde que comunicados ao **CONTRATANTE** no prazo de **48 (quarenta e oito) horas** do fato, ou da ordem expressa e escrita do **CONTRATANTE**.
- 5.7 - Submeter-se-á a todas as normas e condições do Edital e seus Anexos, que integram este Termo, independente de transcrição.
- 5.8 - São obrigações do **CONTRATANTE**:
- 5.8.1 - Efetuar o pagamento no prazo fixado pela **Cláusula Terceira** deste Termo.
- 5.8.2 - Receber através da Comissão competente, o objeto descrito e especificado na Proposta da **PROMITENTE FORNECEDORA**.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 6.1 - Fica nomeado(a) como **Gestor deste Termo de Compromisso de Fornecimento**, a quem caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados, conforme **art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021**:
- 6.1.1 - O(A) servidor(a), Sr.(a) Arielle Alves Braga, **matrícula nº 0207877-5**, Gerente da Seção Estratégica de Programação e Aquisição, designado(a) como **GESTORA DE ATA** pela **Portaria GAPR nº 61/2024**, e-mail: insumoscafi@gmail.com, telefone contato: (31) 3592-7326.
- 6.2 - A administração pública, visando o acompanhamento e fiscalização da execução do presente Termo, nomeia como Fiscal deste Termo de Compromisso de Fornecimento, a quem caberá proceder ao registro das ocorrências e adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento do presente contrato:
- 6.2.1 - O(A) servidor(a), Sr.(a) Denise Pedrosa Resende, **matrícula nº 0205134-6**, Diretora da Assistência Farmacêutica e Insumos, designado(a) como **FISCAL DE ATA** pela **Portaria GAPR nº 61/2024**, e-mail: denisepedrosagerenciadecompras@gmail.com, telefone contato: (31) 3592-7326.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

- 7.1 - Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta do presente contrato, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte, assim definido na Norma Tributária, neste caso, a **PROMITENTE FORNECEDORA**.
- 7.2 - A **PROMITENTE FORNECEDORA** declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra de material, não cabendo quaisquer reivindicações



devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

- 7.3 - Ficando comprovado, depois do negócio realizado e antes da entrega do objeto que a **PROMITENTE FORNECEDORA** acresceu indevidamente a seus preços valores correspondentes a quaisquer tributos não incidentes sobre a compra **PROMITENTE FORNECEDORA**, tais valores serão imediatamente excluídos, com a devolução ao Fundo Municipal de Saúde/Secretaria Municipal de Saúde.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DOS ÓRGÃO(S) GERENCIADOR(ES) E PARTICIPANTE(S)**

- 8.1- Cabe ao Órgão Gerenciador responsável o Fundo Municipal de Saúde/ Secretaria Municipal de Saúde de Betim pelo controle e Administração desta **Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/2024** decorrente desta Licitação, indicar, sempre que solicitado pelos órgãos usuários, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos, o fornecedor para o qual será emitido o pedido de compra.
- 8.2 - Será da inteira responsabilidade e iniciativa dos Órgãos Usuários do registro, a emissão do pedido de compra/fornecimento/prestação de serviços cabendo aos mesmos todos os atos de Administração junto aos fornecedores e serão formalizados por intermédio de empenho, quando a entrega for de uma só vez e não houver obrigações futuras ou por Contrato.
- 8.3 - Após a indicação pelo Órgão Gerenciador do Registro de Preços, a contratação com os fornecedores registrados, será formalizada por intermédio deste instrumento, emissão de Nota de Empenho de Despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar.
- 8.4 - Será sempre formalizada, a convocação dos fornecedores, pelos Órgãos usuários, e conterà o endereço e o prazo máximo em que deverão comparecer para assinar o respectivo Contrato, além da menção da Ata de Registro de Preços a que se refere.

#### **CLÁUSULA NONA - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 9.1 - Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento de registro de preço **poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes**, observados os seguintes requisitos:
- 9.1.1- Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 9.1.2 - Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 9.1.3 - Manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida à ordem de classificação.
- 9.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.



- 9.3 - Após a autorização da entidade gerenciadora e do fornecedor, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até **90 (noventa) dias**, observado o prazo de vigência da Ata.
- 9.4 - O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

#### 9.5 - Dos limites para as adesões:

- 9.5.1 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados** na Ata de Registro de Preços.
- 9.5.2 - O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, o dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

- 10.1 - Após a homologação da licitação, serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade da licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital e se obrigar nos limites dela;
- 10.1.1 - Será incluído na Ata, na forma de Anexo, o registro das licitantes ou dos fornecedores que:
- 10.1.1.1 - Aceitarem cotar os bens/serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 10.1.1.2 - Mantiverem sua proposta original.
- 10.1.2 - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação das licitantes ou dos fornecedores registrados na Ata.
- 10.2 - O registro a que se refere o **subitem 10.1.1** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da Ata.
- 10.3 - Para fins da ordem de classificação, as licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 10.4 - A habilitação das licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o **subitem 10.1.1.2** somente será efetuada quando houver necessidade de contratação das licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 10.4.1 - Quando a licitante vencedora não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital; e
- 10.4.2 - Quando houver o cancelamento do registro da licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas neste documento.



- 10.5 - O preço registrado com indicação das licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 10.6 - Após a homologação da licitação, a licitante melhor classificada, será convocada para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.
- 10.7 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 10.7.1- Ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 10.8 - Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no Edital, fica facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 10.9 - Na hipótese de nenhuma das licitantes que trata o **subitem 10.1.1.1**, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:
- 10.9.1 - Convocar para negociação as demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 10.9.2 - Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 10.10 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 11.1 - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 11.1.1 - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 11.1.2 - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 11.1.3 - Na hipótese de previsão no Edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.



11.1.3.1 -No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação;

11.1.3.2 -No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

12.1 - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

12.1.1 - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas;

12.1.2 - Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará as licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado;

12.1.3 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

12.2 - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

12.2.1 - Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas;

12.2.2 - Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e na legislação aplicável;

12.2.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados;

12.2.4 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

12.2.5 - Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado;

12.2.6 - O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que



avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

13.1 - O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando:

13.1.1 - Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

13.1.2 - Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

13.1.3 - Não aceitar manter seu preço registrado; ou

13.1.4 - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2 - Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

13.3 - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no **item 13.1** será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

13.4 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar as licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

13.5 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

13.5.1 - Por razão de interesse público;

13.5.2 - A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

13.5.3 - Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES**

14.1 - O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

14.2 - As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a Ata.

14.3 - É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462/2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462/2023).



14.4 - O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no **item 13.1**, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORNECIMENTO**

15.1 - Para cada fornecimento será emitida uma Ordem de Fornecimento/Serviço, acompanhada da Nota de Empenho ou documento equivalente pela unidade compradora.

15.2 - A adjudicatária será convocada para recebimento da OF e Nota de Empenho no prazo de **2 (dois) dias úteis**, a contar do envio da convocação.

15.3 - O não atendimento do prazo previsto no **parágrafo anterior** ou a recusa em assinar o Ata pela adjudicatária, implicará na aplicação das sanções previstas neste Edital.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO**

16.1 - O Termo de Compromisso de Fornecimento só estará caracterizado mediante a emissão da Nota de Empenho ou documento equivalente da unidade gestora da despesa.

16.2 - Não poderão ser entregues produtos fora das especificações, sem rotulagem que obedeça a legislação em vigor e com marca diferente da constante no Termo de Compromisso de Fornecimento.

16.3 - A entrega dos itens deverá ser efetuada no local previamente definido, em até **10 (dez) dias úteis**, após solicitação.

16.4 - O recebimento da Nota de Empenho ou documento equivalente, mediante conferência obrigatória pela Comissão de Recebimento do **CONTRATANTE**.

16.5 - Os produtos deverão ser entregues dentro da validade.

16.6 - Os produtos/peças deverão conter em suas embalagens a validade, conforme o caso.

16.7 - Os produtos/peças, nacionais ou importados, deverão ser entregues contendo rótulos com todas as informações sobre os mesmos em língua portuguesa, nos termos do **art. 31 do Código de Defesa do Consumidor**.

16.8 - A Nota deverá conter o(s) item(ns) a ser/serem entregue(s).

16.9 - Não será considerado fornecimento realizado para itens que tenham sido devolvidos por não atender as especificações e marcas definidas na ata, ou quantidades a menor ou a maior do que a solicitada.

16.10 - Correrá por conta da **PROMITENTE FORNECEDORA**, toda e qualquer despesa com ensaios, testes, laudos e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais, para a perfeita execução do objeto deste instrumento.

16.11 - A Nota Fiscal de fornecimento deverá ser emitida em conformidade com a unidade de solicitante do fornecimento indicada no **ANEXO I** do Edital e da proposta da **PROMITENTE FORNECEDORA**.

16.12 - O detentor do Termo de Compromisso de Fornecimento é obrigado a corrigir, remover ou substituir, totalmente às suas expensas, os produtos/peças em que se verificarem vícios ou desconformidades no total ou em parte com o objeto desta licitação, no prazo de **48 (quarenta e**



**oito) horas**, contadas a partir da hora da convocação, independente da aplicação dos sanções previstas no Termo de Compromisso de Fornecimento.

- 16.13 - **O CONTRATANTE** não se responsabilizará pelos produtos no caso de descumprimento do prazo estabelecido no **item 16.3**.
- 16.14 - O fornecimento deverá ser realizado por preposto da **PROMITENTE FORNECEDORA**, devidamente uniformizados e identificados.
- 16.15 - Os materiais hospitalares deverão ser entregues de segunda a sexta-feira, de 08h às 15h, na Central de Abastecimento Farmacêutico e Insumos - CAFI, com sede na Av. Fausto Ribeiro da Silva, nº 693, Complemento Viganó&Viganó, Quadra nº 14, Lote nº 10, Galpão D, Bairro Distrito Industrial Bandeirinhas, Betim/MG, CEP.: 32.654-805, Tel. (31) 3594-3634.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO**

- 17.1 - Fica eleito o foro da Cidade de Betim, Estado de Minas Gerais, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Termo de Compromisso de Fornecimento, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

BETIM/MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

**JAQUELINE FLAVIANA DE SANTANA**  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
GESTORA DO SUS-BETIM

**RAISSA VENEROSO INÁCIO DE JESUS**  
SUBPROCURADORA DO MUNICÍPIO

**NOME**  
REPRESENTANTE DA FORNECEDORA

**PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS Nº FMS0023/2024****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024****REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2024****ANEXO V**

MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL HOSPITALAR DE SUPORTE VENTILATÓRIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM, COMO CONTRATANTE, O MUNICÍPIO DE BETIM, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E COMO CONTRATADA, \_\_\_\_\_ EM CONFORMIDADE COM AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ABAIXO:

**CLÁUSULA I - DAS PARTES E FUNDAMENTOS****1.1 - DO CONTRATANTE**

O Município de Betim, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/ SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BETIM**, inscrito no CNPJ sob o nº 13.064.113/0001-00, com sede na Rua Pará de Minas, nº 640, Bairro Brasiléia, CEP.: 32.600-412, na Cidade de Betim, Estado de Minas Gerais, neste ato representada pela **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, Srª. JAQUELINE FLAVIANA DE SANTANA** e presente a **SUBPROCURADORA DO MUNICÍPIO, Srª. RAISSA VENEROSO INÁCIO DE JESUS**.

**1.2 - DA CONTRATADA**

\_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_ - Bairro \_\_\_\_\_, na Cidade de \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, telefone (--) \_\_\_\_\_ e Endereço Eletrônico (e-mail:) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_ e RG nº \_\_\_\_\_.

**1.3 - DOS FUNDAMENTOS**

Decorre a presente contratação do **PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS Nº FMS 0023/2024, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024, REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2024** efetuada com base no Decreto Municipal nº 44.825/2023 de Betim/MG.

**CLÁUSULA II - DO OBJETO**

2.1 - Destina-se o presente contrato, ao fornecimento do material hospitalar de suporte ventilatório para atender às necessidades do Fundo Municipal de Saúde/ Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o Edital e seus Anexos.



### CLÁUSULA III - DAS NORMAS DE FORNECIMENTO

- 3.1 - Ocorrerá o fornecimento dos materiais hospitalares de suporte ventilatório, objeto do presente Contrato, por um período de **12 (doze) meses**, com entrega de forma parcelada e conforme solicitação escrita ou por meio eletrônico, a cargo da Diretoria de Assistência Farmacêutica e Insumos.
- 3.2 - Caberá a CONTRATADA realizar a entrega em até **10 (dez) dias úteis**, após o recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 3.2.1 - É vedado o recebimento do material/produto pelo Fundo Municipal de Saúde/Secretaria Municipal de Betim, cujo prazo de validade já tenha transcorrido mais **de 20% (vinte por cento)**. O percentual do prazo de validade será calculado considerando a data de fabricação do produto;
- 3.2.2 - Caso não seja possível a entrega total ou parcial no período de até **10 (dez) dias úteis**, a CONTRATADA deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **5 (cinco) dias** de antecedência do fim do prazo, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;
- 3.2.3 - As entregas deverão ocorrer, preferencialmente em, no máximo, **5 (cinco) números de lotes** de produção, como forma de agilizar o recebimento, manter uma segregação adequada de lotes e manutenção da rastreabilidade.
- 3.2.3.1 - As informações sobre os lotes e validades deverão constar na nota fiscal (NFE) e precisam convergir com o material entregue. Caso existam divergências, o responsável pela fiscalização do Contrato irá formalizar junto ao fornecedor a necessidade da Carta de Correção de informações, visto que é através das informações da nota fiscal que são tratados possíveis desvios de qualidade, notificações no VIGIHOSP e/ou alertas de tecnovigilância e farmacovigilância;
- 3.2.3.2 - Para entrega de lotes com validades inferiores as previstas no edital e/ou contrato, o responsável pela fiscalização do Contrato poderá formalizar junto ao fornecedor a necessidade da Carta de Compromisso de Troca de material em caso de perda futura por validade vencida, caso venha a aceitar o material;
- 3.2.3.3 - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste contrato. Com base no objeto e suas necessidades e no recebimento e conferência, o prazo para SUBSTITUIÇÃO deverá ocorrer conforme disposto no **item 3.5**.
- 3.3 - Conforme descrito na Ordem de Fornecimento, os materiais hospitalares deverão ser entregues em dias úteis, no horário de 08h00 às 15h00, na Central de Abastecimento Farmacêutico e Insumos - CAFI, com sede na Av. Fausto Ribeiro da Silva, nº 693, Bairro Bandeirinhas, Betim/MG, CEP.: 32.654-805, Quadra 14, Lote 10, Galpão D, Telefone: (31) 3594-3634, onde serão conferidas as Notas Fiscais/Notas Fiscais Faturas, em conformidade com a Ordem de Fornecimento emitida pelos responsáveis.
- 3.4 - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **até 7 (sete) dias**, a contar do recebimento da Nota Fiscal, após a verificação da qualidade e quantidade dos bens e consequente aceitação mediante recibo apostado na Nota Fiscal respectiva.



- 3.4.1 - O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do produto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da sua utilização;
- 3.4.2 - Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, juntamente com a nota fiscal e a nota de empenho, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta comercial e no Contrato.
- 3.5 - Substituir, reparar ou repor os produtos, que apresentem vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao fim a que se destinam, ou lhes diminuam o valor, assim como aqueles que estiverem em disparidade com as indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, sujeitando-se à Lei Federal nº 8.078/1990, em especial os arts. de 12 a 20, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, prazo este contado a partir da solicitação da substituição.
- 3.6 - Na Nota Fiscal/Nota Fiscal Fatura, deverá constar o local de entrega, o número do Processo Administrativo de Compras (PAC), a modalidade da Licitação, a unidade solicitante, o número da ordem de fornecimento (OF), e o número da Nota de Empenho correspondentes, além de informações como: marca, nome do fabricante, número do lote, data de validade e a quantidade correspondente a cada lote, a garantia mínima contra vícios no material/produto, conforme consta neste **Anexo I**, bem como que a CONTRATADA, concorda com todos os termos e garantias constantes do Edital, além de conter o número dos lotes dos produtos farmacêuticos.
- 3.6.1 - Será a CONTRATADA submetida à Lei Federal nº 8.078/1990.
- 3.7 - Se, no ato da entrega, forem verificadas que as especificações do objeto estão divergentes do Edital, bem como a presença de avarias como caixa amassada e/ou muito danificadas, frascos quebrados ou vazamentos que inviabilize o consumo do produto/medicamento, este não será recebido. O envio da Nota Fiscal para pagamento só ocorrerá após a reposição do produto avariado que será de responsabilidade da CONTRATADA.
- 3.8 - Poderão ser alteradas as quantidades totais, para mais ou para menos, a critério da Administração Municipal, conforme necessidades detectadas, na forma da Lei.

#### CLÁUSULA IV - DO PRAZO

- 4.1 - A duração inicial da presente contratação terá o período de **12 (doze) meses**, o qual poderá ser prorrogado, mediante acordo entre as partes, por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, na forma do art. 106 da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### CLÁUSULA V - DO VALOR

- 5.1 - Para o presente Contrato, será estipulado o valor total de **R\$ \_\_\_\_\_** (\_\_\_\_\_), podendo ser alterado em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.
- 5.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



## CLÁUSULA VI - DOS PREÇOS

6.1 - Conforme **Anexo I** deste Contrato, o preço inicial, unitário e total para o objeto do presente Contrato, obedecerá ao preço cotado pela CONTRATADA.

## CLÁUSULA VII - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - Fica estabelecida a Dotação Orçamentária específica do Fundo Municipal de Saúde/Secretaria Municipal de Saúde de Betim, para fornecer os recursos financeiros necessários ao objeto do presente contrato, de nº:

- a) **09.01.10.122.0050.2181.339030.1600913** – OPERACIONALIZAÇÃO DO ALMOXARIFADO CENTRAL DE MATERIAIS-FMS, no valor de R\$ - \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), sendo R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) para o presente exercício e R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) para o exercício seguinte, na dotação equivalente.

## CLÁUSULA VIII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1 - Executar integral e fielmente o fornecimento dos materiais/produtos, CONFORME as condições estabelecidas na CLÁUSULA III, deste Contrato.
- 8.2 - Fornecer os produtos em dia e horário determinados, embalados, nas quantidades solicitadas e no momento do desembarque depositá-lo, cuidadosamente dispondo os mesmos conforme orientação do servidor designado pelo CONTRATANTE.
- 8.3 - Garantir adequadas as condições de conservação dos materiais/produtos entregues, abrangendo inclusive resistência das embalagens, data de validade, temperaturas exigidas, presença de sujidade, material estranho e insetos. O armazenamento e o transporte dos materiais deverão atender às especificações técnicas (temperatura, calor, umidade, luz) determinadas pela ANVISA.
- 8.4 - Na falta de qualquer material/produto cotado pela CONTRATADA, a mesma fica obrigada a entregar outro similar, ainda que de preço superior, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE, desde que aprovado pelo setor competente da Secretaria Municipal de Saúde.
- 8.5 - Substituir, reparar ou repor os materiais/produtos, que apresentem vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao fim a que se destinam, ou lhes diminuam o valor, assim como aqueles que estiverem em disparidade com as indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, sujeitando-se à Lei Federal nº 8.078/1990, em especial os arts. de 12 a 20, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, prazo este contado a partir da solicitação da substituição.
- 8.6 - Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento do bem a si adjudicado, inclusive fretes, transportes e seguros desde a origem até sua entrega no local de destino.
- 8.7 - Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, convenientes ou prepostos envolvidos na execução do contrato.
- 8.8 - Assumir todas as despesas e encargos de qualquer natureza com o pessoal necessário ao atendimento do objeto do presente instrumento, inclusive assumindo a responsabilidade pelo atendimento de encargos de natureza trabalhista, sociais, previdenciária, tributária, comercial, despesas fiscais, tributárias, fretes, seguros (desde a origem até sua entrega no local de destino) e quaisquer outras que não tenham sido incluídas no preço proposto.



- 8.9 - Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE e logo, comunicá-la, dentro do prazo previsto.
- 8.10 - Responsabilizar-se civil e criminalmente, por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar ao CONTRATANTE ou terceiros, tendo como agente a CONTRATADA, na pessoa de prepostos ou estranhos.
- 8.11 - Responsabilizar-se pelos encargos do cumprimento das obrigações supramencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os tributos, taxas, impostos, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham incidir sobre o objeto deste termo, bem como apresentar os respectivos comprovantes, sempre que solicitados pelo CONTRATANTE.
- 8.12 - Comprometer-se por danos, extravios ou prejuízos causados por seus empregados em produtos/equipamentos ou nas dependências dos Órgãos Municipais ou a terceiros.
- 8.13 - Manter, durante o Contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, a atualização dos documentos e emitir as notas fiscais com o mesmo número de CNPJ informado na proposta comercial.
- 8.14 - Atender às determinações regulares emitidas pelo **fiscal do contrato** ou autoridade superior.
- 8.15 - Fornecer mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a perfeita efetivação do objeto contratado.
- 8.16 - Zelar e garantir a boa qualidade do fornecimento, em consonância com os parâmetros de qualidades fixadas e exigidos pelas normas técnicas pertinentes, expedidas pelo Poder Público.
- 8.17 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do Contrato, para os seus acréscimos, nos termos do art. 125, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 8.18 - **No caso de formalização do Contrato, apresentar no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis da assinatura do Contrato, prova de que prestou garantia contratual, correspondente a 3% (três por cento) do valor contratado, nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.**
- 8.18.1 - Na impossibilidade da CONTRATADA apresentar a garantia no prazo acima mencionado, o Município poderá, excepcionalmente, e por ato motivado, conceder a dilação do prazo para a apresentação da garantia, devendo a mesma solicitar expressamente e justificar as razões de tal impedimento;
- 8.18.2 - Caso a CONTRATADA opte pelo depósito em dinheiro, este deverá realizar-se em nome do **Fundo Municipal de Saúde/Secretaria Municipal de Saúde de Betim, no Banco do Brasil, Agência nº 0750-1, Conta nº 85887-0, Banco nº 01.**
- 8.19 - Exclui-se da responsabilidade da CONTRATADA o descumprimento do Contrato por greve, black-outs, convulsões sociais e outros decorrentes de caso fortuito ou de força maior.

#### **CLÁUSULA IX - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – LGPD**

- 9.1 - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser



firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

- 9.2 - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 9.3 - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 9.4 - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.
- 9.5 - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 9.6 - É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 9.7 - A CONTRATADA deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 9.8 - A CONTRATADA poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 9.9 - A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 9.10 - Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 9.10.1 - Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 9.11 - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 9.12 - Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## CLÁUSULA X - DA GARANTIA À EXECUÇÃO

- 10.1 - Nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATADA prestará garantia na importância de **R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)** correspondente a **3% (três por cento)**. Caso a CONTRATADA opte pelo depósito em dinheiro, este deverá realizar-se em nome do **Fundo Municipal de Saúde /Secretaria Municipal de Saúde de Betim, no Banco do Brasil, Agência nº 0750-1, Conta nº 85887-0, Banco nº 01.**



## CLÁUSULA XI - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 11.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus Anexos.
- 11.2 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas na Cláusula III.
- 11.3 - Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 11.4 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA conforme Decreto Municipal nº 44.825/2023, o qual dispõe sobre rotinas administrativas aplicáveis à gestão e fiscalização de contratos no âmbito da Administração Municipal;
- 11.5 - Comunicar a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da EXECUÇÃO DO OBJETO, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 11.6 - Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Contrato.
- 11.7 - Cientificar o órgão de representação judicial do Município de Betim/MG para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA.
- 11.8 - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 11.9 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 11.10 - Serão realizados os pagamentos, exclusivamente por meio de depósito bancário na Conta da empresa, em até **30 (trinta) dias**, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da data de apresentação de nota fiscal/nota fiscal fatura dos materiais/produtos entregues, o CONTRATANTE efetuará os pagamentos à CONTRATADA, devidamente atestadas pelo Gerente responsável pelo recebimento.
- 11.10.1 - Informações como, nome do Banco, o número da Agência, o número da Conta Corrente, que deverá ser correspondente ao CNPJ constante no Contrato ou Termo Aditivo, deverão ser indicados pela Contratada, nas suas respectivas notas fiscais, responsabilizando-se por erros cometidos nas informações;
- 11.10.2 - Nenhum pagamento será efetuado a Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidades ou inadimplemento, sem que isso gere direito ao pleito de atualização financeira.
- 11.11 - Consta no **item 8.18** do presente Contrato, os documentos que condicionam a efetivação do pagamento das Notas Fiscais/Notas Fiscais Faturas.



- 11.12 - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade, a data da emissão, os dados do contrato e do órgão contratante, o período respectivo de execução do contrato, o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 11.13 - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA XII - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

- 12.1 - A gestão do contrato será de responsabilidade da Gerente da **Seção Estratégica de Programação e Aquisição**, neste ato representada pela Sr.(a) Arielle Alves Braga, **matrícula nº 0207877-5**.
- 12.2 - A fiscalização do contrato será realizada pela **Diretora da Assistência Farmacêutica e Insumos**, neste ato representada pela Sr.(a) Denise Pedrosa Resende, **matrícula nº 0205134-6**.

#### **CLÁUSULA XIII - DAS MODIFICAÇÕES E/OU ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

- 13.1 - Qualquer modificação de forma ou quantidade, acréscimos ou reduções do serviço, objeto do presente Contrato, poderá ser determinada pelo CONTRATANTE, mediante assinatura de Termos Aditivos, observadas as normas legais vigentes.

#### **CLÁUSULA XIV - DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 14.1 - No que concerne a atividade objeto do Contrato, a CONTRATADA não poderá subcontratar sem a concordância do município total ou parcialmente, manifestada após o reconhecimento da ocorrência de motivo justificado e formalizado por Termo Aditivo, por meio do qual se mantenha a integral responsabilidade da mesma CONTRATADA, pela execução satisfatória do serviço correspondente.
- 14.2 - Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 14.3 - Havendo a subcontratação o Administração exigirá os atestados da subcontratada que comprove a capacidade técnica.

#### **CLÁUSULA XV - DO REAJUSTAMENTO**

- 15.1 - Os preços inicialmente são fixos e irremovíveis no prazo de **1 (um) ano**, contado da data-base vinculada à data do orçamento estimado.
- 15.2 - Após o interregno de **1 (um) ano**, mediante abertura de processo administrativo com manifestação dos órgãos de assessoramento jurídico e controle interno do Município, os preços iniciais poderão ser reajustados conforme **Índice Nacional de Preço ao Consumidor Especial – (IPCA-E)**, podendo a autoridade administrativa estabelecer índice diverso, desde que devidamente comprovada sua vantajosidade e aplicabilidade ao objeto contratual, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.



- 15.2.1 - Havendo pedido de reajustamento, a CONTRATADA deverá formular o pedido com abertura de Processo Administrativo (PA) a ser protocolado pela mesma no Setor de Protocolo Geral do Município, com sede no Centro Administrativo Papa João Paulo II, deste Município.
- 15.3 - Os reajustes subsequentes ao primeiro serão concedidos com interregno igual, contado da data dos efeitos financeiros do primeiro aditivo.
- 15.4 - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, a importância será calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 15.5 - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 15.6 - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 15.7 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 15.8 - O reajuste será realizado por termo aditivo.

#### **CLÁUSULA XVI - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 16.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:
- 16.1.1 - Der causa à inexecução parcial do contrato;
- 16.1.2 - Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 16.1.3 - Der causa à inexecução total do contrato;
- 16.1.4 - Deixa de entregar a documentação exigida;
- 16.1.5 - Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 16.1.6 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 16.1.7 - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 16.1.8 - Apresentar declaração, documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 16.1.9 - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 16.1.10 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



- 16.1.11 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 16.1.12 - Praticar um dos atos lesivos previstos no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- 16.2 - Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 16.2.1 - **Advertência**, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);
- 16.2.2 - **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens “16.1.2”, “16.1.3” e “16.1.4” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021);
- 16.2.3 - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens “16.1.5”, “16.1.6”, “16.1.7” e “16.1.8” do subitem acima deste Contrato, bem como nos subitens “16.1.2”, “16.1.3” e “16.1.4”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021).
- 16.2.4 - **Multa**:
- 16.2.4.1 - Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- 16.2.4.2 - Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
- 16.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:
- 16.3.1 - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 16.3.2 - As peculiaridades do caso concreto;
- 16.3.3 - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 16.3.4 - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 16.3.5 - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
- 16.3.6 - Pela inexecução parcial do objeto contratual, a Administração poderá aplicar, isoladamente, à CONTRATADA a pena de advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do § 2º do art. 156 da Lei 14.133/2021.
- 16.4 - A sanção de multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 5% (cinco por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no subitem da cláusula 16.1, nos termos do § 3º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.



- 16.5 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens 16.1.2, 16.1.3, 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7, 16.1.8; 16.1.9, 16.1.10, 16.1.11 e 16.1.12, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e o impedirá de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta deste Município, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 16.6 - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens 16.1.8, 16.1.9, 16.1.10, 16.1.11 e 16.1.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 16.1.2, 16.1.3, 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6 e 16.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 16.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 16.7 - A aplicação das sanções previstas no item 16.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral de eventual dano causado à Administração Pública.
- 16.8 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 16.8.1 - Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 16.9 - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 16.10 - A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar requererá a instauração de processo de responsabilização, nos termos do art. 158 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou a contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 16.11 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784/1999.
- 16.12 - A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Contrato.
- 16.13 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.



- 16.14 - Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da licitante, o Município ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 16.15 - Os atos previstos como infrações administrativas neste Contrato, na Lei Federal nº 14.133/2021 ou em regulamentos da Administração Pública deste Município que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

## **CLÁUSULA XVII - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

- 17.1 - O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 17.1.1 - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 17.1.2 - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:
- 17.1.2.1 - ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- 17.1.2.2 - poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 17.2 - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 17.2.1 - Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.
- 17.2.2 - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 17.2.3 - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado Termo Aditivo para alteração subjetiva.
- 17.3 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- 17.3.1 - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 17.3.2 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 17.3.3 - Indenizações e multas.

## **CLÁUSULA XVIII - DAS ALTERAÇÕES**

- 18.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.



18.2 - A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA XIX - DO FORO**

19.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Betim para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Por estarem justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente Instrumento, na presença das testemunhas abaixo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

BETIM/MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**JAQUELINE FLAVIANA DE SANTANA**  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
GESTORA DO SUS-BETIM

**RAISSA VENEROSO INÁCIO DE JESUS**  
SUBPROCURADORA DO MUNICÍPIO

REPRESENTANTE DA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 - \_\_\_\_\_

2 - \_\_\_\_\_

PAC 0023/24 PE 05/24 RP 02/24 – AQUISIÇÃO DE SUPORTE VENTILATÓRIO - 10/05/24 e 14/05/24 e 24/05/24